Quinta-feira, 18 de dezembro de 2025 I Série — Número 42

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Maria Germana de Sousa Rocha
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Resolução n.º 5/XVII/1.ª, dos Projetos de Resolução n.os 415 a 428/XVII/1.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 3/XVII/1.ª e dos Projetos de Lei n.os 323 a 330/XVII/1.ª.

Antes de iniciar a ordem do dia, em interpelação à Mesa, o Deputado Paulo Núncio (CDS-PP) teceu considerações sobre um gesto, na reunião plenária anterior, da Deputada Mariana Mortágua (BE), que interveio de seguida, tendo-se ainda pronunciado os Deputados Rita Matias (CH) e Hugo Soares (PSD).

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se ao debate, com a participação do Governo, sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, conforme previsto na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto), juntamente com o Projeto de Resolução n.º 354/XVII/1.ª (CAE) — Apreciação do Relatório do Governo «Portugal na União Europeia 2024», tendo intervindo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), que, de seguida, respondeu a perguntas dos Deputados Paulo Moniz (PSD), Pedro Correia e Patrícia Nascimento (CH), António Mendonça Mendes (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Patrícia Gonçalves (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, teve lugar o debate, com a participação do Governo, sobre o estado da União, conforme previsto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto), tendo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus proferido uma intervenção inicial e, depois, respondido às perguntas dos Deputados Ricardo Carvalho (PSD), Ricardo Dias Pinto e João Tilly (CH), Eduardo Pinheiro (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 39 minutos.

O Sr. **Presidente**: — As autoridades podem abrir as portas das galerias, para o público poder entrar.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa para ler o expediente, que é vasto.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa as seguintes iniciativas legislativas: os Projetos de Resolução n.ºs 427 e 428/XVII/1.ª (PAR), a Proposta de Resolução n.º 5/XVII/1.ª (GOV), o Projeto de Lei n.º 324/XVII/1.ª (CH), a Apreciação Parlamentar n.º 3/XVII/1.ª (PS), os Projetos de Resolução n.ºs 416, 417, 418, 419, 420, 421 e 422/XVII/1.ª (PS), os Projetos de Lei n.ºs 325 e 326/XVII/1.ª (IL), 328/XVII/1.ª (L), o Projeto de Resolução n.º 426/XVII/1.ª (L), o Projeto de Lei n.º 323/XVII/1.ª (PCP), o Projeto de Resolução n.º 415/XVII/1.ª (PCP), os Projetos de Lei n.ºs 329 e 330/XVII/1.ª (BE), 327/XVII/1.ª (PAN), os Projetos de Resolução n.ºs 423 e 425/XVII/1.ª (PAN) e 424/XVII/1.ª (JPP). É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, pede a palavra para…?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, nos termos do artigo 89.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, será para questionar a Mesa sobre alguma coisa. Faça favor, Sr. Deputado. Tem 1 minuto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, há uma semana, a Deputada do Bloco de Esquerda teve um comportamento absolutamente grosseiro, neste Plenário.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Infelizmente, não é nada de novo, vindo das bancadas da extrema-esquerda.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas pergunto-lhe, Sr. Presidente, aquele gesto é compatível com o comportamento que é exigido aos Deputados?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Evidentemente que não.
Por isso, saúdo-o por ter aberto um inquérito a um comportamento grave da Deputada Mariana Mortágua.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É porque, nesta matéria, não pode haver dois pesos e duas medidas. Não se pode pedir atenção a Deputados deste lado do Hemiciclo e depois não aplicar exatamente o mesmo tratamento a Deputados da extrema-esquerda.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Aplausos do CDS-PP, do CH, e de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esse tratamento não pode ser desigual. É absolutamente inaceitável que seja desigual.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Diz tudo, Paulo! Diz tudo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há uns anos, o Deputado Francisco Louçã disse: «Quem não sabe estar não pode estar». E eu digo também aqui, neste Parlamento, quem não sabe estar não pode…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado fez uma interpelação à Mesa e eu vou ter de responder, como é óbvio, não é?

Primeiro, quero dizer que, como é de conhecimento público, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma participação ao Presidente da Assembleia, no sentido de solicitar a abertura de um inquérito, nos termos regimentais e ao abrigo também do Código de Conduta que nos abriga a todos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Presidente**: — E eu, na sequência desse pedido, também nos termos regimentais, endossei a respetiva queixa à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, para poder apurar, efetivamente, o que se passou.

Os factos ocorreram, mas não foram logo do conhecimento imediato da Mesa. E, portanto, em relação a estes factos em concreto, até por uma questão curial, por estar um inquérito a decorrer, não me vou pronunciar, porque seria, de certo modo, fazer alguma coisa que não devo fazer, enquanto está a decorrer o inquérito, e a Comissão há de fazer a sua leitura e tirar as suas conclusões.

Como é óbvio, penso que a Mesa, em geral, e eu, em particular, sempre, sempre que algum comportamento que, do ponto de vista do que deve ser a urbanidade, o respeito pela instituição e o respeito por outro Deputado, ocorra em violação disso, chamamos a atenção, seja à direita, ao centro ou à esquerda.

Fazemo-lo com o juízo imediato que temos de fazer, em relação à interpretação desses factos e tentamos fazê-lo com esse juízo de equidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Como é óbvio, uma coisa é a liberdade de expressão — e a liberdade de expressão, essa, sabem também qual é a leitura que o Presidente da Mesa e a Mesa têm —, outra coisa é a urbanidade e o respeito de como essa liberdade de expressão se projeta no debate democrático.

O Regimento diz, e bem, que, quando essa forma de se expressar ou de gesticular não prestigia o Parlamento ou não respeita um outro Sr. Deputado, ao Presidente compete fazer um reparo, uma advertência, e também, quando a situação é, como esta, potencial, deve fazer o envio, a pedido de algum grupo parlamentar ou de algum Sr. Deputado, à Comissão da Transparência.

Penso que isto, hoje em dia, não traz dúvida a ninguém e espero que efetivamente haja uma total compreensão desta realidade.

Quanto à situação em concreto, está a decorrer um inquérito e eu não me vou pronunciar em relação a factos que não ocorreram com a visibilidade que a Mesa poderia ter. Se tivesse visto, teria feito alguma chamada de atenção.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Mariana Mortágua deseja usar da palavra para…?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Para o mesmo efeito que o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — O efeito do Sr. Deputado Paulo Núncio é uma interpelação à Mesa, para questionar a Mesa. Vai-me questionar, então, a mim também?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Certamente o farei.

Protestos e Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é apenas para deixar nota do seguinte. Penso que este incidente, este episódio, mostra como nós não devemos tornar símbolos culturais em critério, por exemplo,…

Vozes do CH: — Ah!…

Protestos do CDS-PP e risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — Peço à Sr.ª Deputada que não faça o contraditório, mas sim uma pergunta à Mesa.

Risos de Deputados do CH.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Fá-lo-ei.

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu ouvi o Sr. Deputado Paulo Núncio até ao fim e ouvimos todos e, portanto, vamos ouvir o que a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua tem a dizer.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … critério, por exemplo, de atribuição da nacionalidade.
Eu compreendo que, tendo em conta o enquadramento cultural e simbólico do Sr. Deputado Paulo Núncio, que é um aficionado, eu não sou —…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olha! Onde é que está o *rock*?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … aliás, desenvolve atividade nessa área —, a sua interpretação possa ter sido…

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Deixem falar!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … errónea.
Eu estou nesta Casa há 12 anos. Nunca faltei ao respeito a ninguém…

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e certamente não iria começar por fazê-lo ao Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não?! Viu-se!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, quero aproveitar para lamentar se houve alguma confusão na interpretação…

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … daquilo que é um símbolo cultural da cultura *rock,*…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Onde é que está o *rock*?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … por uma outra interpretação que o Sr. Deputado Paulo Núncio possa ter tido. Não foi, de todo, essa a minha intenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah, pois não!

Aplausos dos Deputados do PSD Hugo Soares e Paulo Moniz e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos considerar o assunto encerrado aqui, com as interpelações e com esta indicação, e a Comissão da Transparência há de fazer o juízo de valor adequado, em relação a este tema.

Portanto, vamos entrar,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Rita Matias pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é porque me parece muito evidente que há uma dualidade de critérios.

Se este símbolo tivesse sido feito por algum Deputado da bancada do Chega…

O Sr. **Presidente**: — Não vai fazer o contraditório.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não é um contraditório, Sr. Presidente! É uma interpelação.

Aplausos do CH.

Se este símbolo tivesse sido feito pela bancada do Chega,…

O Sr. **Presidente**: — Não, não, Sr.ª Deputada. Eu cortei-lhe o microfone.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É dualidade de critérios, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Eu cortei o microfone propositadamente, porque pedi expressamente. Uma coisa é fazer o contraditório em relação àquilo que é dito, outra coisa é uma interpelação à Mesa questionando sobre a condução dos trabalhos. E, portanto,…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Tudo na mesma!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, baixe o nível da intervenção, porque não lhe dei a palavra para fazer uma interpelação. Não lhe dei a palavra. Está bem?

A Sr.ª Deputada Rita Matias tem de ser ouvida…

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Os apartes são regimentais!

O Sr. **Presidente**: — Também não lhe dei a palavra a si, Sr. Deputado! Não é um aparte.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Os apartes são regimentais! É um aparte!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, um aparte é regimental. Vá ver no Regimento o que é um aparte e perceberá que aquilo que está a dizer não é um aparte.

Aplausos do PSD, do PS e do L.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É um direito!

O Sr. **Presidente**: — Vá ler o Regimento.

Faça favor, Sr.ª Deputada Rita Matias, e é para uma interpelação à Mesa!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para questionar o Sr. Presidente se não concorda que há uma dualidade de critérios, não só nesta Casa como na democracia portuguesa, porque se este gesto tivesse sido feito por alguém da bancada do Chega, estaríamos horas e horas a abrir telejornais com esta matéria.

Aplausos do CH.

Ainda esta semana, Sr. Presidente, vimos mais um caso de pedofilia ligado ao Partido Socialista e não abriu manchetes, não abriu telejornais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês é que andam sempre nas notícias! E os pedófilos do Chega?!…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Portanto, eu quero perguntar ao Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, peço que termine, porque está a fazer uma intervenção, não está a interpelar.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Eu quero perguntar ao Sr. Presidente, estou a interpelá-lo diretamente. Sr. Presidente, para perguntar se concorda que, na democracia portuguesa, existem dois pesos e duas medidas.

Contra o Chega, vale tudo, contra a esquerda, não vale nada!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, não está a fazer uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estava sim!

O Sr. **Presidente**: — A interpelação à Mesa deve ter a ver com a condução dos trabalhos, com questões sobre a forma como os trabalhos são conduzidos, e eu tenho a certeza de que a Sr.ª Deputada sabe e tem a consciência de que a Mesa e este Presidente não fazem juízos de valor diferenciados, em relação a essa matéria.

O que se passa nas televisões ou fora do Parlamento não tem a ver com a condução dos trabalhos do Presidente e da Mesa.

Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Neste caso, tem a ver!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Aqui, tem a ver!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se quer questionar, questiona fora do Parlamento e não aqui no Parlamento, porque aqui, no Parlamento, tem a ver com a condução dos trabalhos.

Portanto, não é uma interpelação à Mesa. Eu peço lealdade institucional e lealdade parlamentar, para não haver este tipo de incidentes, que não têm nada a ver com o uso regimental da figura, mas sim com o exercício do contraditório em relação a intervenções, o que não cabe nesta ordem do dia.

Alguém mais tinha pedido a palavra? O Sr. Deputado Hugo Soares. Espero que vá ao encontro da minha interpretação. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, assim o farei.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nós hoje temos, como é habitual, nas nossas galerias, alunos, estudantes, jovens que vieram assistir ao Plenário da Assembleia da República…

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sim, e depois? E bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e confesso que se eu estivesse sentado no lugar deles, a minha primeira impressão não seria certamente a melhor. E eu queria…

Protestos do CH.

É desta impressão que eu estou a falar, precisamente.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Podem fazer o barulho todo que quiserem, que só retarda.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não é uma interpelação!

Vozes do CH: — É uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Se acham que dizer isso vai ter alguma influência em relação ao Presidente,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Zero!

O Sr. **Presidente**: — … não tem. É zero. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse-o e repito: nós até tivemos um momento, Sr. Presidente, de grande elevação. A Sr.ª Deputada Mariana Mortágua teve ocasião de se explicar e de pedir desculpa pelo gesto.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — A direita que a esquerda gosta!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria mesmo interpelá-lo e perguntar-lhe diretamente: quando é que passamos a assuntos sérios e começamos a discutir aquilo que interessa, a construção da União Europeia?

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A resposta é simples: quando VV. Ex.as permitirem que entre na ordem de dia de uma forma absolutamente normal, como eu pensava que ia acontecer.

O Sr. Deputado Paulo Núncio pede a palavra, mas, Sr. Deputado, eu corto-lhe a palavra no momento em que considerar que está a fazer um contraditório em relação a qualquer coisa. Corto a palavra a partir do momento em que não for uma interpelação à Mesa no quadro que eu referi.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no âmbito desta conversa, apenas para lhe dizer duas coisas…

O Sr. **Presidente**: — É uma pergunta…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A primeira para lhe dizer que a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua está a querer dar música…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou cortar a palavra, vou cortar a palavra.

O orador continuou no uso da palavra, apesar de o microfone estar desligado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com aquela conversa…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Conversa?!…

O Sr. **Presidente**: — Não vou permitir, Sr. Deputado, não vou — não vou! Se o Sr. Deputado quiser criar um incidente, cria o incidente. Eu não vou permitir o prolongamento deste debate em torno daquilo que está em causa. Não vou. Há uma comissão de inquérito que foi solicitada.

O orador continuou no uso da palavra, apesar de o microfone estar desligado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É precisamente por isso que eu queria falar…

O Sr. **Presidente**: — Essa comissão de inquérito foi o próprio Grupo Parlamentar do CDS-PP que a pediu, estão a decorrer os trâmites legais e vamos passar ao ponto 1 da ordem dia.

Aplausos do PSD e do PS.

E se V. Ex.ª considera que está a ser impedido de falar, interpõe o recurso para o Plenário para saber se eu estou a ter ou não razão, e será o Plenário a dar-lhe a voz, que não eu, Sr. Deputado.

Vamos então entrar no primeiro ponto da ordem do dia com o debate sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.

Para a intervenção inicial, dou a palavra à Sr.ª Secretária do Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus** (Inês Domingos): — Muito obrigada, Sr. Presidente, muito obrigada Sr.as e Srs. Deputados, é sempre um enorme gosto para mim estar aqui e queria agradecer toda a vossa atenção para este importante debate sobre a construção da União Europeia.

Como sabem, Sr.as e Srs. Deputados, os últimos anos foram marcados por momentos complicados: pela fragilização do multilateralismo, pela estagnação da globalização e pelo regresso da guerra nas nossas fronteiras e dos conflitos suprarregionais.

Esta realidade obrigou a União Europeia, em 2024, a reafirmar os seus valores, reforçando simultaneamente a resiliência interna e a sua autonomia estratégica.

Portugal esteve — como os Srs. Deputados sabem e têm, com certeza, todo o interesse em ouvir — no centro desta dinâmica: nós apoiámos a candidatura bem-sucedida de António Costa…

O Sr. **João Tilly** (CH): — Ai, ai!…

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … ao Conselho Europeu; garantimos uma presença extraordinariamente relevante da nossa comissária, Maria Luís Albuquerque, num dossiê estratégico para a União Europeia, que é a iniciativa União da Poupança e dos Investimentos; e garantimos e apoiámos a candidatura de Teresa Anjinho, que foi eleita como Provedora de Justiça Europeia.

A manutenção da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia sublinhou a importância e prioridade do alargamento da União Europeia. Portugal tem sido um dos principais defensores deste processo, defendendo a inclusão gradual dos países candidatos nas políticas europeias e no mercado único. A defesa da Ucrânia tem-se mantido no centro da agenda europeia, com pacotes robustos de assistência, nos quais Portugal tem sempre participado, muitas vezes para além do que seria a sua chave de capital.

Sr.as e Srs. Deputados, destaco também o papel de Portugal no diálogo com parceiros de todo o mundo, de todas as regiões, em particular em África e na América do Sul, para combater a desinformação e mitigar impactos globais, nomeadamente quanto à segurança alimentar.

Em maio de 2024,— porque é deste ano que falamos agora —, as eleições europeias geraram uma legislatura mais fragmentada e exigiram uma redefinição estratégica da União, para a qual Portugal contribuiu ativamente.

No plano económico, estarão recordados dos relatórios Letta e Draghi, que colocaram no centro da agenda os temas da competitividade, com propostas para a simplificação administrativa e aplicação eficaz da legislação que apoiámos.

A revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual permitiu, também, financiar novas prioridades, como o apoio à Ucrânia e a criação da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa.

Portugal defendeu e esteve, em geral, na linha da frente de políticas estrategicamente relevantes para a União Europeia, como o Regulamento de Restauração da Natureza e o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço, reconhecendo e acautelando sempre a necessidade de equilibrar metas ambientais com competitividade industrial.

Na área da concorrência e auxílios de Estado, defendemos disposições específicas para empresas médias e apoiámos iniciativas para habitação acessível.

Num ano que foi também marcado pela adesão plena da Roménia e da Bulgária ao espaço Schengen e pela aprovação do novo pacote para asilo e migrações, Portugal participou no combate à migração irregular e manteve presença constante nas operações conjuntas da Frontex.

Contribuímos para a prevenção e combate ao terrorismo no âmbito da segurança interna, no combate ao crime organizado e tráfico de droga, reforçando a cooperação judiciária e civil com soluções digitais.

Na dimensão externa, Portugal continuou a participar ativamente nas missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa.

As relações com os países da vizinhança leste e sul assumiram uma grande relevância — e destacamos aqui a nomeação de uma comissária para executar o novo Pacto para o Mediterrâneo.

Sr.as e Srs. Deputados, 2024 lançou as bases para uma União mais forte, competitiva e preparada para os riscos globais e, nesta conjetura, Portugal afirmou-se como um Estado-Membro ativo em várias vertentes, incluindo na defesa do acordo UE-Mercosul, e revelou-se influente, com estabilidade macroeconómica e capacidade reformista reconhecida.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 5 minutos para questionar o Governo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, o relatório do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia de 2024 mostra com clareza que a atividade da União Europeia foi principalmente marcada pela continuação do acompanhamento permanente do conflito na Ucrânia e pela mudança do ciclo institucional.

O ano de 2024 foi ainda marcado por vários desafios, nomeadamente pela necessidade de reforçar a competitividade da União Europeia, de assegurar a sua autonomia estratégica e de consolidar um mercado interno, capaz de responder a desafios globais intensos, desde a guerra na Ucrânia à transformação tecnológica e energética.

Sublinhamos que estes desafios foram elencados e relembramos três relatórios publicados ao longo do ano de 2024, que muito marcaram e nortearam o debate público europeu, a saber: o relatório Letta, o relatório Draghi e o relatório Niinistö.

Em 2024, Portugal manteve o seu apoio ao alargamento e apoiou também a integração gradual dos países candidatos e potenciais candidatos nas políticas e no mercado único, o que, sem dúvida, lhes permitirá preparar uma futura adesão e acelerar a sua convergência socioeconómica.

O relatório sublinha também a importância do novo ciclo institucional e do Estado de direito.

O ano de 2024 consubstanciou uma viragem em termos de políticas da União Europeia no quadro do novo ciclo institucional, com a eleição do novo Parlamento Europeu, do Presidente do Conselho Europeu e da entrada em funções da Comissão Europeia.

O relatório lembra-nos que o Estado de direito continua a exigir vigilância constante. É um pilar identitário da União e uma garantia para todos os cidadãos, independentemente do Estado-Membro onde vivam. E tem também um impacto económico, o mercado único só funciona porque todos acreditam que as mesmas regras se aplicam da mesma forma em toda a União.

O relatório lembra ainda que o novo pacto em matéria de migração e asilo representou um avanço histórico na reforma da política de migração e asilo, proporcionando à União um quadro jurídico e os instrumentos necessários a uma gestão eficaz das suas fronteiras externas, não esquecendo as dimensões da solidariedade e da responsabilidade na integração.

Relativamente aos funcionários portugueses nas instituições europeias, o relatório do Governo refere que no ano de 2024 — e com o objetivo de combater a sub-representação de Portugal nas instituições e órgãos da União Europeia —, o Governo aumentou em 50 % o orçamento disponível para incentivar a especialização e formação superior dos recursos humanos nestas áreas. Esta presença qualificada portuguesa é essencial para defender os interesses nacionais e contribuir para decisões europeias de qualidade.

Importante foi também, em 2024, o acordo final alcançado quanto à revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, que permitiu o financiamento de novas oportunidades.

No âmbito da política comum de segurança e defesa, destacam-se a continuação do apoio à Ucrânia, o reforço do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, bem como a intensificação da cooperação União Europeia-NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Terminamos, sublinhando que este relatório não é apenas um relato do que aconteceu em 2024. É um lembrete daquilo que ainda podemos e devemos fazer. Neste sentido, questiono também a Sr.ª Secretária de Estado se nos acompanha na preocupação de aproveitar plenamente os fundos europeus, de reforçar a nossa presença nas instituições europeias, de promover a inovação e a transição energética e de garantir sempre, e sempre, que Portugal continua influente, credível e profundamente comprometido com o projeto europeu.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.
Pedia atenção aos Srs. Deputados porque está muito ruído na Sala.
Faça favor, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Muito obrigada, Sr. Presidente. Queria agradecer ao Sr. Deputado as suas perguntas e a sua intervenção e gostava de salientar aqui alguns aspetos que o Sr. Deputado referiu.

Começaria, talvez, pela última questão que referiu, que é a questão da credibilidade de Portugal. Posso dizer-lhe que, de facto, foi verificado em 2024 e tem continuado em 2025 o reforço da credibilidade do nosso País, não só pelas nossas posições do ponto de vista da construção europeia — pois somos um parceiro que, de facto, todos os restantes Estados-Membros consideram ser um parceiro credível nas negociações e nas políticas que vamos defendendo —, mas também por causa da nossa posição interna, a nossa força, a nossa resiliência interna, a capacidade da nossa economia de gerar emprego, a capacidade da nossa economia de gerar prosperidade.

A situação das nossas contas públicas tem sido um fator de reforço da nossa credibilidade junto dos nossos parceiros europeus. E eu acho que isso é, de facto, um motivo de satisfação, não só para o Governo, mas para todos os Srs. Deputados, que também têm, seguramente, responsabilidades e que têm participação em fóruns internacionais, em particular interparlamentares.

Portanto, posso-vos dizer que sinto isto todos os dias, porque, de facto, estou muitas vezes nas instituições europeias e noutros Estados-Membros, e este é um fator de grande satisfação, que, de facto, facilita muito o nosso trabalho.

Falou o Sr. Deputado — e bem —, sobre como temos de aproveitar bem os fundos europeus. As reprogramações dos fundos têm ajudado a atingir esse objetivo e, portanto, isso também tem sido um fator muito positivo.

Mas eu gostava também de salientar, já que referiu, e muito bem, a questão da participação de portugueses na União Europeia, que o Governo está muito empenhado. Devo dizer que a participação de portugueses nas instituições da União Europeia, portanto, sendo eles próprios funcionários ou peritos nacionais destacados ou participando de outra forma, é uma questão que já leva alguns anos, vários até.

Foi por volta dos anos 2000 que houve um primeiro grande esforço do Governo da altura para reforçar a participação de portugueses nas instituições. Constata-se agora que aquela primeira vaga de portugueses que entraram quando Portugal aderiu à União Europeia é uma vaga de pessoas que estão a sair e, portanto, convém-nos reforçar a presença de portugueses nas instituições, com um objetivo muito simples: sabendo nós e querendo nós que preservem a lealdade que é devida junto das instituições para onde vão trabalhar, também não há dúvida de que ter portugueses lá significa que têm uma sensibilidade para os temas relacionados com o País, nem que seja só pela nossa geografia. Mas não é apenas isso, é a nossa geografia, a nossa cultura e, naturalmente, que nos interessa que possam estar representadas também nas instituições da União Europeia.

E com esse objetivo, o Governo, já em 2024, reforçou — com o Orçamento de 2025, mas aprovado em 2024 — duas verbas: uma para estágios e outra, uma dotação centralizada para os peritos nacionais destacados, coisa que este ano mantivemos com esse reforço financeiro. E já este ano, como será do conhecimento dos Srs. Deputados, foi aprovado um diploma que cria o estatuto do perito nacional destacado e que, penso, será publicado a qualquer momento.

Por isso, estamos muito empenhados, de facto, por um lado, porque consideramos que as instituições da União Europeia beneficiam de ter funcionários portugueses, que são de uma enorme qualidade e têm esta postura, que acho que nós temos, de facto, em geral, uma postura construtiva face à União Europeia e à construção da União Europeia; e, por outro lado, porque sabemos que, para Portugal, é uma vantagem ter nas instituições funcionários, peritos, consultores que têm a nossa sensibilidade, têm a nossa cultura e, portanto, entendem também a visão do nosso País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao próximo interveniente, e porque já estão as galerias devidamente preenchidas, anuncio que se encontram presentes nas diversas galerias um grupo de alunos e professores da Escola Secundária de Ermesinde, do Porto; um grupo de 17 alunos e professores da DUAL, de Lisboa; um grupo de jovens de Braga; e um grupo de alunos da Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Vila Real.

Aplausos gerais.

Para formular perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, chegados ao Plenário sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, em forma de homenagem à figura ímpar de Charlie Kirk, que saudosamente nos deixou em 2025, começo por afirmar que a Europa precisa de um *turning point* nas políticas de migrações e asilo.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — De facto, a Comissão Europeia, sem políticas concretas para a defesa da fronteira externa do espaço Schengen, impôs um plano de migrações e asilo com base na lógica da solidariedade e da responsabilidade partilhada, que obriga Estados-Membros a receberem o excedente de imigrantes ilegais dos outros países da União.

Este chamado «mecanismo de solidariedade» é obrigatório e está camuflado, pois traz no seu porão inquisidor um brutal plano sancionatório para aqueles países que rejeitem receber mais imigrantes ilegais no seu território. Ou seja, se Portugal não quiser receber mais imigrantes ilegais, a partir de junho de 2026 terá de pagar para que outros o façam.

O Sr. Ministro Leitão Amaro deixou as suas ideias de bolas de sabão, deixou o recreio político e, finalmente, adotou uma medida há muito defendida pelo Chega, votando em Bruxelas contra o mecanismo de solidariedade. Portugal votou contra, tal como a Hungria e a Eslováquia, países adultos já nesta matéria, mas o acordo foi, de facto, na mesma, fechado.

Mas aquilo que o Sr. Ministro não disse, e é a questão que coloco à Sr.ª Secretária de Estado, é se o Governo vai mesmo pagar para não receber mais imigrantes ilegais e refugiados ou se, em vez disso, prefere reabrir o debate no Parlamento Europeu para acabar com este regime sancionatório, tal como fez o líder do PPE (Partido Popular Europeu), o Sr. Weber, quando se juntou ao ECR (European Conservatives and Reformists) e aos Patriots, para parar o *Green Deal* tal e qual como ele estava.

Sr. Presidente, nenhuma solidariedade pode ser imposta. O dinheiro dos nossos contribuintes é sagrado. A Europa precisa de novas políticas de migração e asilo, e com o Chega e os Patriots 2026 será o ano desse *turning point*.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, o relatório do Governo que hoje nos é trazido a esta Casa é explícito, e isto também não foi referido no discurso inicial da Sr.ª Secretária de Estado: a União Europeia entrou com debilidades no seu modelo de desenvolvimento, incluindo o declínio de competitividade.

Este assume que o relatório Draghi marcou a agenda precisamente por isso. Foi particularmente claro no que interessa à economia real e à competitividade: aponta a necessidade de a Europa desburocratizar, simplificar e promover um ambiente mais competitivo e favorável às PME (pequenas e médias empresas), tudo o que Portugal também precisa, na realidade.

O problema é que, em Portugal, há 50 anos que estamos habituados a que governos façam uma coisa, mas digam outra. A Europa finalmente assumiu aquilo que a direita tem avisado há anos: estamos a perder competitividade.

No mesmo relatório, o Governo reconhece que, em matéria de ambiente, foi adotado um número significativo de atos legislativos e enumera, entre outros, o mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço, a revisão das emissões industriais e tantos outros. E depois admite o essencial: as novas exigências implicam desafios consideráveis, sobretudo no equilíbrio entre metas ambientais e competitividade europeia e nacional.

Isto é pura definição de fanatismo. A mesma mão que promete dar é aquela que tira, ou seja, prometem simplificar e depois carregam uma pilha de obrigações que, na prática, cai primeiro sobre as PME e sobre os agricultores.

Não é por acaso que esta Agenda Verde tem gerado choque político e alguma contestação, inclusive junto do setor agrícola em vários países da Europa, quando medidas são percecionadas como ameaça aos rendimentos e à produção.

A nossa linha vermelha é simples: nenhuma política climática pode ser uma sentença de morte para pequenas empresas e agricultores.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — E é preciso encontrar medidas concertadas, equilibradas e adaptadas à nossa realidade.

O Grupo Parlamentar do Chega gostaria de saber que medidas é que este Governo realmente irá adotar que não seja o caminho da submissão cega a Bruxelas e ao seu histerismo ecológico.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada, começando pela questão da competitividade e da necessidade de desburocratizar, de facto, não posso dizer outra coisa que não seja que concordo inteiramente consigo.

Nós temos feito um esforço enorme. Internamente, o Governo — não sendo a minha área de competência, mas todo o Governo, na realidade — tem feito um esforço no sentido de simplificar a legislação, de tornar todos os procedimentos mais fáceis para a vida das pessoas e para a vida das empresas, e esse esforço tem sido permanentemente relatado ao Parlamento, através dos diferentes ministros. Ainda agora tivemos o debate sobre o Orçamento, em que foi de novo relatado todo o esforço que o Governo tem feito nesse sentido.

Ora, esta postura de simplificar licenciamento, de facilitar a vida aos portugueses, é uma postura que nós trazemos também para Bruxelas, e temos feito um caminho que é pedir, incentivar, promover uma forma de fazer legislação em Bruxelas que também reflita esses princípios da simplificação. E posso dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que nós estamos na linha da frente dos Estados-Membros que defendem a simplificação em áreas que vão desde os medicamentos, às áreas da defesa, às áreas ambientais, às áreas do reporte das empresas, precisamente para facilitar o reporte das pequenas e médias empresas, tendo Portugal defendido os chamados «pacotes *omnibus*», que têm sido apresentados nas instituições europeias.

Portanto, no que diz respeito ao Governo, temos tido uma posição — já tínhamos no ano passado e temos tido este ano — muito ativa dentro do País e junto das instituições europeias para procurar facilitar ao máximo a vida das famílias e a vida das empresas. E acho que este é um sinal muito importante que podemos dar de novo, de credibilidade de Portugal junto das instituições europeias. E como foi referido no relatório Draghi e no relatório Letta — na realidade, esta foi uma questão mais referida no relatório Letta —, um dos problemas fundamentais da União Europeia, que nos tem prejudicado, são ainda as barreiras ao mercado interno e ao mercado único. Por isso, Portugal tem sido um grande defensor da redução dessas barreiras, facilitando os negócios entre os diferentes Estados-Membros e que se possa passar de um lado para o outro facilmente. E vamos continuar a fazer isto, Sr.ª Deputada, pode contar com este Governo para continuar nesta senda.

Sobre a questão do Sr. Deputado relativamente ao plano de migrações e asilo, a posição de Portugal é muito simples. Nós temos defendido este plano, apoiámos este plano. A questão que se colocou — e o Sr. Deputado referiu-se a isto e, aliás, também concordamos com a metodologia —, e que Portugal contestou — penso que o Sr. Ministro já terá explicado isto —, foi a forma como a Comissão Europeia avaliou a situação nacional em termos de pressão migratória. E continuamos a trabalhar, a conversar com a Comissão Europeia nesse sentido.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Mas vai ou não vai pagar?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está muito ruído na Sala, de conversas bilaterais, o que significa que, no seu conjunto, perturbam a audição em relação a quem está a falar.

Sr. Deputado António Mendonça Mendes, tem a palavra para formular perguntas.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, é importante debatermos a presença de Portugal e a atividade da União Europeia em 2024, que é o que estamos a fazer, mas com a perspetiva de futuro, e perceber também se aquilo que foi decidido em 2024 tem ou não continuidade no presente.

E o ano 2024, tal como já foi aqui dito, foi um ano de alterações institucionais importantes na União Europeia: a eleição do Parlamento Europeu, que confirmou uma enorme maioria europeísta, e também a eleição da Comissão Europeia e do Presidente do Conselho Europeu, um português, o Presidente António Costa. Mas a União Europeia está confrontada com desafios, como aqui foi dito, desde logo o desafio do enfraquecimento do multilateralismo, que é, aliás, aliado a uma novidade, o enfraquecimento da nossa aliança histórica com os Estados Unidos da América, e isso traz desafios, quer na agenda interna da União Europeia, quer na agenda externa.

Penso que há um consenso grande em Portugal relativamente à forma como nos temos posicionado na União Europeia no que diz respeito à agenda externa, em particular no apoio à Ucrânia, mas também naquilo que em 2024 foi importante, no apoio a Gaza, e que acabou com Portugal a reconhecer o Estado da Palestina. E é importante sublinhar aqui, mais uma vez, que Portugal está do lado certo da História. Ao estarmos a apoiar a Ucrânia, estamos a apoiar e a defender aquele que é o projeto europeu.

No que diz respeito à agenda interna da União Europeia, gostava de destacar três pontos essenciais. Em primeiro lugar, o tema da habitação. Já vai longe o tempo em que o Eurodeputado Paulo Rangel, hoje Ministro dos Negócios Estrangeiros, criticava o Governo português por enviar uma carta à Comissão Europeia…

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

… dizendo que as políticas de habitação tinham de estar no centro da atividade europeia.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E tinha razão!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Andou bem o Governo português quando, em 2024, apoiou a iniciativa para integrar no conceito «serviço de interesse geral» o conceito «habitação acessível», e hoje temos aprovado um pacote recentemente apresentado de 150 mil milhões de euros de apoio às políticas de habitação nos vários Estados-Membros.

Gostava de saber, Sr.ª Secretária de Estado, se, em função do passado das posições do atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, podemos contar com a manutenção da posição de Portugal a defender a política da habitação como uma política comum europeia.

No mercado único tivemos os relatórios Draghi e Letta, mas a verdade é que esses relatórios têm tido pouca tradução prática, quer na atividade comum da União Europeia quer também aqui em Portugal. Convenhamos que a forma como o Banco Português de Fomento tem vindo a distribuir os apoios à economia não é conforme ao que está estabelecido em termos de filosofia subjacente a uma política industrial europeia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já está esquecido!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Mas quero sublinhar, Sr.ª Secretária de Estado, um ponto importante para o mercado único, que decorreu em 2024, que tem a ver com toda a negociação para a modernização da nossa união aduaneira.

Uma união aduaneira forte é uma união que garante um mercado único e um mercado interno justo. Neste particular, quero saudar a posição do Governo português, de querer trazer para o Porto a sede da nova Autoridade Aduaneira Europeia, e espero, esperamos todos, que tenhamos muito sucesso nesse objetivo.

Para finalizar, Sr.ª Secretária de Estado, 2024 foi o ano em que finalizámos as regras de governação económica da União Europeia. Umas regras de governação económica que incentivam os Estados-Membros a ter políticas orçamentais contracíclicas.

É por isso tão importante que a despesa líquida primária seja, ao longo do tempo, bem distribuída. Em Portugal, bem sabemos que desde que entregámos o nosso plano orçamental já esgotámos a nossa capacidade de desvio na taxa de crescimento, e temos, hoje, menor capacidade para essas mesmas políticas orçamentais contracíclicas que estão subjacentes a esta governação económica.

Ainda assim, Sr.ª Secretária de Estado, a pergunta que lhe faço, neste momento, é esta: como comenta as declarações da Comissão Europeia, que põem Portugal como um dos países com maiores desvios relativamente à meta de crescimento da despesa líquida primária?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas suas questões.

Eu ia começar pela união aduaneira e pela campanha que Portugal lançou — como referiu, e bem —, embora, enfim, estejamos a debater 2024 já no final de 2025, o que não o referi na minha intervenção inicial.

De facto, esta é uma campanha importantíssima. O Governo quer trazer uma nova agência, responsável pela união aduaneira, para o Porto e, portanto, aproveitava aqui para fazer um apelo aos Srs. Deputados que têm também responsabilidades internacionais para, connosco, fazerem campanha para poder chegar a este objetivo, pois é muito importante para Portugal, é importante para o Porto e, sobretudo, é importante para a União Europeia poder ter uma agência desta natureza localizada numa cidade como o Porto e com a qualidade das infraestruturas — e da cidade — que tem a cidade do Porto. Agradeço, por isso, esta sua referência.

Sobre as restantes questões que me colocou, queria dizer-lhe, em primeiro lugar, que estamos, de facto, de acordo com a sua avaliação. Disse o Sr. Deputado que estamos no lado certo da História no que diz respeito à Ucrânia. Concordo inteiramente. Posso, aliás, dizer-lhe que este ano estive duas vezes na Ucrânia. Para além da defesa que fazemos, dos contributos que temos dado — de defesa, ajuda humanitária, contributos financeiros e outros — à Ucrânia, uma questão muito relevante, que nunca podemos esquecer e que referi muito brevemente na minha intervenção inicial, é o apoio que Portugal tem dado ao alargamento e, em particular, ao alargamento à Ucrânia. Esta é uma questão da maior relevância, porque consideramos que é um imperativo geoestratégico da União e é uma garantia de segurança para a Ucrânia. Portanto, a posição do Governo face a isso é de abertura total ao alargamento, em geral, e de apoio à adesão da Ucrânia, em particular. Foi essa mensagem que fui, na realidade, transmitir ao meu colega, ainda na semana passada, a Lviv.

Portanto, penso que é um motivo de orgulho para o País. Diria que a generalidade dos portugueses concorda com esta avaliação e acho que é um motivo de orgulho. Foi isso mesmo que fui levar também a Lviv, o apoio dos cidadãos de Portugal à adesão da Ucrânia.

Quanto às restantes questões que o Sr. Deputado colocou, sobre a agenda europeia para a habitação, Portugal tem tido uma posição clara e o Sr. Primeiro-Ministro falou sobre isto no último Conselho Europeu.

Consideramos que existe uma série de medidas que podem, a nível europeu, apoiar os desafios que vários Estados-Membros têm sentido no que diz respeito à habitação, entre as quais, por exemplo, facilitar, ou simplificar, os auxílios de Estado para poder apoiar mais a habitação. E estou apenas a referir-me a um, para não esgotar o tempo, sendo que o ponto é esse mesmo: temos desafios semelhantes, portanto, o Governo está

empenhado em apoiar as iniciativas da União Europeia, dentro das suas competências — é importante dizer isto. O que a União puder fazer será sempre bem-vindo e o Primeiro-Ministro tem sido, enfim, bastante vocal sobre esta questão.

É isso que continuaremos a fazer para, em conjunto, podermos encontrar algumas soluções que apoiem todos os Estados-Membros neste âmbito.

Falou o Sr. Deputado sobre regras de coordenação económica, sobre as questões da despesa. Acho que uma coisa é muito clara — e disse isto logo inicialmente, Sr. Deputado —: a posição orçamental de Portugal é um exemplo para os outros países. A forma como temos conseguido manter um saldo orçamental positivo e uma trajetória de redução da dívida pública é um exemplo para países que, há alguns anos, enfim, objetivamente, não nos olhavam como exemplo — vamos pôr nestes termos. Portanto, o que lhe posso dizer é que Portugal está com uma boa reputação graças à sua política orçamental.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para formular perguntas.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, penso que, como pudemos ver até agora, há, de facto, um grande consenso, pelo menos em torno das principais bancadas europeístas deste Parlamento, sobre o que devem ser as prioridades de Portugal e as prioridades da participação portuguesa na União Europeia. E esse consenso é positivo, pois gira em torno de valores importantes como o direito internacional, a defesa da Ucrânia, o investimento na nossa própria defesa, para que não tenhamos de depender de potências que são hostis a Portugal e à União Europeia,…

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … e também questões como a competitividade. Em diferentes graus, é verdade, mas em diferentes graus conseguimos ver um reconhecimento dos desafios que atravessamos a nível de competitividade.

Mas estes debates não seriam interessantes se passássemos todo o nosso tempo a debater aquilo em que estamos de acordo, pois se calhar há uns 20 % de desacordo que são fundamentais e que determinam a essência das opções que Portugal e, por consequência, a União Europeia assumem no contexto da construção europeia.

Vou falar de duas questões. Uma delas é a importante reforma que se está a tentar, até agora, fazer a nível do quadro financeiro plurianual.

É verdade que se assume — e não é só este Governo, todos os governos até agora têm assumido — que a prioridade portuguesa no âmbito de qualquer quadro financeiro plurianual é sempre a mesma: conseguir o máximo de fundos possível para compensar a fraca capacidade de investimento público que o País tem.

Os dados são conhecidos e são públicos, 90 % do investimento público em Portugal é feito à conta de financiamento europeu. Por isso, os governos portugueses, independentemente da sua cor, vão até a Bruxelas e dizem: «Precisamos de mais dinheiro.» E no Parlamento a maioria diz: «Sim senhora, precisamos de mais dinheiro.»

No entanto, a Europa tem percebido, de facto, que os desafios que enfrenta hoje são muito diferentes daqueles que enfrentava há 5, há 10 ou há 15 anos, que não tem recursos infinitos e que precisa de usar os recursos de que dispõe hoje para assegurar que se consegue defender, que consegue competir e que consegue crescer. E para esse desígnio Portugal não pode ser um obstáculo e tem de ser mais ativo numa reforma, de facto, da política de coesão e da PAC (política agrícola comum). Isto não significa acabar com a PAC ou com a política de coesão de um dia para o outro, mas significa, sim, estar aberto a usar instrumentos diferentes, mais condicionados, mais exigentes e mais baseados em resultados na execução da política agrícola comum e da política de coesão. É fundamental que Portugal tenha posições claras e públicas sobre estes dois aspetos.

Há outro aspeto que divide este Parlamento, mas que é fundamental na definição do futuro da União Europeia.

A União Europeia está hoje preocupada — e com razão — com as ameaças que enfrenta à sua democracia.

Fala-se no tal escudo da democracia ou no European Democracy Shield, que pretende lidar com ameaças, tanto externas como internas, à democracia, nomeadamente no plano digital, mas não só. É preciso ter muito cuidado na proteção dos Estado de direito e da ordem constitucional europeia e portuguesa. Iniciativas como o Chat Control ou mesmo a verificação da idade põem em causa direitos fundamentais dos portugueses e dos europeus.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E se Portugal colaborar sem qualquer crítica nestas iniciativas estamos a falar de um retrocesso grave na privacidade, nos dados e nos direitos de portugueses e europeus. E Portugal tem de ser muito mais claro na defesa desses mesmos direitos, sob pena de pormos em risco aquilo que estamos a tentar salvaguardar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado, tem a palavra, para responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, em primeiro lugar, não posso deixar de lhe recordar que estamos a debater a participação em 2024, ainda não se falava do quadro financeiro plurianual. Mas já estamos no final de 2025 e tenho todo o gosto em falar, naturalmente, sobre a participação até agora e no futuro, porque é de facto interessante.

Sobre o quadro financeiro plurianual, se calhar dir-lhe-ia o seguinte: temos de compreender bem a motivação para existirem fundos europeus.

Sem prejuízo, Portugal tem sido um parceiro construtivo na forma como olha para a proposta da Comissão Europeia, na forma como tem sido favorável a uma modernização das chamadas políticas tradicionais — que é uma palavra de que, por sinal, eu também não gosto, mas enfim — da coesão e da PAC, e tendo a grande preocupação de haver uma maior ambição no que diz respeito a políticas que agora são chamadas «políticas novas» — também erradamente — da competitividade, da simplificação e da defesa.

Acho que saberá que Portugal tem sido um parceiro construtivo na modernização geral do quadro financeiro plurianual. Mas queria, se calhar, deixar aqui uma nota muito clara sobre a visão que temos para isto, que é a seguinte: o motivo pelo qual o Governo não gosta — enfim, eu pessoalmente também não gosto — da forma de olhar para a política de coesão e a PAC e chamá-las de políticas tradicionais, é porque é um erro de conceção, de compreensão do que são os fundos.

Os fundos europeus existem porque existe um mercado único. O mercado único existe e beneficia todos, é muito importante dizê-lo. Mas beneficia mais aqueles que estão no centro da Europa, por motivos óbvios e geográficos. Se estamos mais no centro da Europa, mais facilmente vendemos os nossos produtos. Uma empresa no centro vende mais facilmente os seus produtos do que uma empresa que está fora, ou mais longe.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nem tudo é mercadoria!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — É, por exemplo, o caso das regiões ultraperiféricas, e no caso de Portugal ainda é mais verdade, porque tem simplesmente custos adicionais. Estes custos vão-se reduzindo; no caso dos serviços já não é tão óbvio, no caso do digital já não é tão óbvio.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro, claro!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Mas quando temos fundos europeus e, em particular, os fundos da coesão, estes existem não porque seja uma política tradicional,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sim, sim!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … mas porque existe, de facto, uma maior dificuldade de acesso ou capacidade de competir no mercado único, por questões que nada têm a ver com a competitividade do País. Por isso, Sr. Deputado, quando falamos sobre o quadro financeiro plurianual — e não discordo de si, concordo consigo, e temos defendido isso, quando diz que faz sentido olhar de forma diferente para o que se tem feito até agora, que faz sentido modernizar os quadros, que faz sentido olhar para as novas políticas e para as novas necessidades —, acho que temos de ter isto presente, porque senão arriscamo-nos a ter um debate em que não entendemos a realidade do nosso País e a realidade da União Europeia.

Assim, teria muito cuidado quando fazemos este debate, para não deitarmos fora, achando que é supérfluo, aquilo que não é e que é muito importante.

Agora, com isto tudo, não tenho tempo, mas depois voltarei a falar sobre os outros temas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem a palavra para formular perguntas. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, vivemos uma conjuntura marcada por múltiplas crises simultâneas. São elas a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que continua, apesar das tentativas de cessar-fogo, expondo o papel desestabilizador dos regimes autoritários; as violações do cessar-fogo em Gaza; as violações graves do direito internacional em Gaza e no Sudão; líderes europeus, como Orbán, que continuam a minar a credibilidade da União Europeia a partir de dentro; as crescentes tensões geopolíticas e os conflitos em diversas zonas do planeta, como entre a Venezuela e os Estados Unidos, entre a Tailândia e o Camboja; e as alterações climáticas, que não perdoam e se traduzem em secas extremas, cheias incontroláveis, desequilíbrio dos ecossistemas e perda de vidas humanas.

A tudo isto, soma-se o alerta recente do Secretário-Geral da NATO para a necessidade de nos prepararmos para cenários de conflito alargado, sem que, em Portugal,…

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Papoilas!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … se ouça falar de qualquer estratégia nacional de proteção e preparação civil.

Perante este contexto, Portugal não pode fechar os olhos. Enquanto país democrático, temos uma responsabilidade acrescida de participar ativamente nas decisões europeias e de contribuir para soluções comuns.

Começo pela Ucrânia, um país europeu invadido ilegalmente pela Rússia. Qualquer negociação sobre a Ucrânia não pode ser feita sem a Ucrânia, nem à custa de cedências unilaterais.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Esta realidade reforça a urgência de levar a sério a autonomia estratégica europeia na área da defesa.

Felizmente, os líderes europeus, na passada segunda-feira, dia 15, comprometeram-se a liderar uma força multinacional e a reforçar um apoio sustentável à Ucrânia. A decisão em manter os fluxos de caixa dos ativos russos imobilizados na União Europeia para pagar a destruição perpetrada por Moscovo pode representar um passo determinante no término da invasão russa à Ucrânia. Se não conseguirmos fazê-lo, onde ficam a credibilidade e a segurança da União Europeia?

É neste contexto que se colocam as condições para avançar com uma verdadeira autonomia da defesa europeia, incluindo a proposta de criação de uma comunidade de defesa europeia que teria naturalmente de funcionar em complementaridade à missão da NATO. Uma defesa que não se limita ao investimento em armamento, mas que integre o reforço do Estado social, a transição ecológica e energética, a cibersegurança, a independência energética, a resiliência de infraestruturas críticas e o desenvolvimento tecnológico europeu.

Neste contexto, deixo algumas perguntas ao Governo: não entende o Governo que já está na hora de defendermos a formação de uma comunidade de defesa europeia? Depois, que propostas levará Portugal ao próximo e último Conselho Europeu de 2025, no que respeita aos apoios específicos, incluindo financeiros, à Ucrânia para os próximos dois anos? E, finalmente, relativamente ao instrumento financeiro SAFE (Security Action for Europe), havendo limites para a participação de países na UE (União Europeia), como estamos a preparar-nos para o impacto que isso possa ter nas nossas relações com países terceiros e países aliados que não pertençam à União Europeia, como o Reino Unido?

A segurança da Europa não se constrói apenas com armas, mas com democracia, solidariedade e responsabilidade política.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, para responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, antes de mais, deixe-me dizer-lhe — como, aliás, já tive a oportunidade de dizer aqui algumas vezes — que Portugal defende também que nada sobre a Ucrânia pode ser defendido sem a Ucrânia, e a União Europeia tem de estar também à mesa das negociações, obviamente, porque não só somos parceiros como somos vizinhos. Aliás, temos sido — a União Europeia, em geral, e Portugal em particular, naturalmente — um parceiro muito coerente, inabalável, da Ucrânia, e é assim que continuaremos.

Como sabe, o Sr. Primeiro-Ministro já esteve aqui a debater o próximo Conselho Europeu, na semana passada, creio eu, e, portanto, penso que terá já transmitido aquilo que vai levar ao Conselho Europeu como sendo a posição de Portugal sobre os principais temas. Portanto, quanto à questão que me colocou sobre o que Portugal vai levar ao Conselho Europeu, penso que o Sr. Primeiro-Ministro já terá respondido.

Sobre as questões de defesa, o que lhe posso dizer, Sr.ª Deputada, é que Portugal pertence, com outros países, à chamada «Coalition of the Willing», que é um conjunto de Estados que procura apoiar, de uma forma mais próxima, mais ativa, a Ucrânia, em todas as suas dimensões. É uma coligação de boa vontade — enfim, a tradução para português não diz exatamente aquilo que é —, um grupo de países que está especialmente interessado em apoiar a Ucrânia. E Portugal está, aí, como tem estado sempre, na linha da frente do apoio à Ucrânia.

Portanto, o que lhe posso dizer é que nos vai encontrar sempre desse lado, do lado do apoio à Ucrânia e defendendo que a Ucrânia deve decidir o que quer para si, num futuro plano de paz que for possível encontrar.

Sobre questões de defesa, penso que o Sr. Ministro da Defesa terá oportunidade de explicar mais em detalhe, naquilo que for possível explicar, porque, como sabem, as questões de defesa e da aquisição de material, nomeadamente no âmbito do SAFE, poderão estar sujeitas a alguma limitação naquilo que se pode dizer. Mas, enfim, aquilo que for possível dizer, seguramente o Sr. Ministro da Defesa dirá. O que lhe posso dizer é que Portugal tem estado ativamente a participar em tudo o que seja o reforço da defesa europeia.

A Sr.ª Deputada saberá bem que participamos em todos os mecanismos que existem para reforçar a defesa em Portugal, em coordenação com os nossos parceiros europeus, de forma que as nossas despesas em defesa possam ser interoperáveis, em particular — uma das questões que se põe é que os instrumentos e o que temos à nossa disposição que seja interoperável — e, portanto, Portugal está na linha da frente desse esforço.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para formular as suas perguntas, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, a propósito do debate sobre a participação de Portugal na União Europeia, aproveitamos esta oportunidade para trazer um assunto de maior importância, a Segurança Social, sobre o qual o Governo não pode continuar a permanecer em silêncio.

Está em curso um novo assalto aos sistemas públicos de proteção social, com a promoção de fundos privados de pensões para fragilizar estes sistemas públicos e prejudicar os trabalhadores e os reformados. A proposta apresentada pela Comissão Europeia pretende aprofundar o mercado de capitais à escala da União Europeia através da promoção dos fundos privados de pensões — e a sua concentração à escala da União, sacrificando os direitos dos trabalhadores e dos pensionistas —, do apoio à acumulação dos lucros no setor financeiro, com recursos do Estado, e da promoção da especulação financeira, arriscando as pensões e as poupanças dos trabalhadores.

Querer inscrever automaticamente os trabalhadores em fundos de pensões privados, querer promover o desvio de recursos públicos para financiar o negócio privado, eliminar os obstáculos à concentração de fundos privados de pensões à escala da União ou eliminar as restrições a investimentos considerados de risco mais elevado, são apenas alguns dos aspetos mais gravosos que constam da proposta apresentada, há pouco mais de um mês, pela Comissária Maria Luís Albuquerque.

É inaceitável que se pretenda trocar o sistema público de pensões por fundos privados, o que constitui um elevado risco para os pensionistas. Em momento algum se podem colocar em risco as pensões e as poupanças dos trabalhadores e pensionistas, e, portanto, há que rejeitar estas opções.

O que se impõe é o reforço e o robustecimento dos sistemas públicos de pensões,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está muito robusto!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … porque é o que defende os trabalhadores e os pensionistas, e não a sua destruição ou privatização, como se pretende fazer com o desvio de recursos da Segurança Social para os fundos privados de pensões.

A valorização da Segurança Social pública, universal e solidária é o que pode garantir a proteção social dos trabalhadores.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Por isso, queria perguntar-lhe o seguinte: perante este brutal ataque, que posição é que o Governo vai assumir? Vai defender o sistema público universal da Segurança Social ou vai entregá-lo de bandeja aos fundos privados de pensões, desprotegendo os reformados e os pensionistas?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, primeiro, deixe-me dizer-lhe que ninguém está a querer trocar um sistema público de pensões por um sistema privado de pensões.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O que significa a proposta apresentada?

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — É muito óbvio, muito claro,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … e, francamente, estou aqui para falar sobre a União Europeia. É isso que farei, mas deixe-me só deixar isto muito claro, em primeiro lugar.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Estou a falar da proposta da União Europeia!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Em segundo lugar, a Sr.ª Deputada falou sobre a União da Poupança e dos Investimentos, e queria ser também muito clara sobre este tema, que é importantíssimo…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Para o capital!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … para as poupanças das famílias. É importantíssimo, para que as famílias possam reforçar as suas poupanças — e devem começar a pensar em formas de o fazer —, para todos os momentos da sua vida…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … e também para o futuro, para o momento da sua pensão.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É um investimento!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Isto não quer dizer, Sr.ª Deputada, que haja qualquer ataque às pensões públicas, porque não há. Factualmente não há! O que há é um esforço muito meritório, por parte da Comissária Maria Luís Albuquerque, de fazer os cidadãos refletirem sobre como é que vão poder reforçar e melhorar a sua qualidade de vida quando já não trabalharem.

E, Sr.ª Deputada, sinceramente, esse discurso não ajuda nada,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Dizer a verdade não ajuda?!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … porque está a contribuir…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não há ajuda daquele lado!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … para que as pessoas não queiram ou tenham receio de investir em instrumentos privados que podem ajudá-las a ter a vida muito melhor no futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, Sr.ª Deputada, o que eu queria dizer aqui, nos poucos segundos que me restam, é que o esforço que a Comissão Europeia tem feito no âmbito da União da Poupança e dos Investimentos é o de fazer com que o mercado de capitais seja menos fragmentado. Isso quer dizer o quê, Sr.ª Deputada? Quer dizer que é reduzir o risco dos investimentos.

Vozes do PSD: — Ora bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Quer dizer que é atrair mais investimento; é facilitar a vida aos cidadãos que querem fazer poupanças para terem uma vida melhor no futuro; é facilitar a vida das empresas, que podem ter mais acesso a financiamento para serem mais competitivas e serem mais fortes,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É investir nas empresas portuguesas!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … para gerar riqueza. E tudo isso é, também, ajudar os trabalhadores, Sr.ª Deputada.

Portanto, o que posso dizer-lhe, e falando apenas da questão que referiu sobre a União da Poupança e dos Investimentos, é que será uma coisa muito boa se conseguir avançar.

Aplausos do PSD e do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.ª Secretária de Estado, muito obrigado pelas respostas que já deu e que são muito claras relativamente à participação de Portugal no processo europeu, durante o último ano. Mas este momento deve servir também para, no âmbito da nossa participação, avaliarmos o desempenho da União como um todo. Aí, acho que Portugal deve ter uma voz ativa, no sentido de afirmar que a União Europeia continua a estar muito longe de conseguir ser efetiva naqueles que são os seus maiores desafios: relevância institucional, liderança tecnológica, competitividade económica.

Eu excecionaria, talvez, no ano que agora termina, a autonomia na defesa, onde efetivamente a União Europeia conseguiu avançar de forma relevante,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … mas continuámos a ter um papel muito secundário na relevância institucional para a União Europeia, naquelas que são as grandes discussões do ponto de vista internacional.

Não avançámos nada do ponto de vista da liderança tecnológica e de capacidade de produzir conhecimento na União Europeia, para que efetivamente nos ponha na linha da frente, onde não estamos de maneira alguma. E, também na competitividade económica, pergunto: onde é que tomámos medidas que, efetivamente, ponham as empresas europeias — e, naturalmente, as empresas portuguesas também — com maior capacidade de competir a nível internacional?

Por isso, deixo três questões relativamente a estes desafios.

Em relação à Ucrânia, esperamos estar — não por especial intervenção da União Europeia, infelizmente, mas porque o contexto internacional assim está a evoluir — no fim de uma guerra. Esperamos, sinceramente, estar nesse ponto! Vai suceder a fase da reconstrução, e a União Europeia está em mais um dos seus dilemas: vai ou não vai haver capacidade, dentro da União Europeia, de nos unirmos para aproveitarmos aqueles ativos que estão congelados e reconstruir um país que foi destruído por uma invasão que, em muito, foi financiada por um sistema de oligarquia de capitais que estão, neste momento, congelados do lado de cá e que têm de ser aplicados? A Europa vai ou não vai ser capaz de ultrapassar o bloqueio que tem neste momento?

Quanto a migrações e asilo, um pacto que demorou seis anos a ser discutido vai agora ser aplicado. Vamos ou não vamos ser capazes de combater os falsos pedidos de asilo, que não são mais do que imigração fraudulenta? Vamos ou não vamos ser capazes, no contexto europeu, de combater isso?

E, na competitividade, vai ou não vai Portugal estar na linha da frente para propor à Europa não mais regulamentos, mas que, de uma vez por todas, seja capaz de eliminar regulamentos que tem, de eliminar burocracia que tem e, em vez de inventar mais, destruir o que fez antes?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, como diz, e parece-me que é uma avaliação que é correta, temos muitas dificuldades. A União Europeia tem tido reconhecidamente dificuldades a nível da competitividade e da liderança tecnológica. Eu daria, talvez, aqui uma *nuance*: acho que os europeus têm excelentes ideias.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Aliás, muitas vezes, o nosso problema não é tanto isso! É que, na realidade, há empresas e ideias que nascem na Europa e, depois, por motivos de regulação, de

legislação, de burocracia e de financiamento — isso é muito importante — vão para outras regiões, porque não conseguem crescer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem razão!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, o esforço tem de ser esse.

Agora, o que é que lhe posso dizer? Eu não partilho, talvez, da sua visão tão negativa, porque acho que há esforços que estão a ser feitos e que estão já a ter resultados. Também é certo que estes esforços, que estão a ser feitos, têm resultados, mas isto demora tempo. Mudar a legislação, como o Sr. Deputado sabe, e muito bem, quando se está a tentar mudar qualquer coisa de forma estrutural, isto demora tempo a produzir efeitos.

Acho que está a haver um esforço sincero, concreto e construtivo, por exemplo, através dos pacotes Omnibus, de que já falei aqui hoje, para… No caso das empresas e de reduzir as burocracias, o caso muito óbvio são as obrigações de reporte. Existe um pacote Omnibus, que foi aprovado, para reduzir as obrigações de reporte, em particular das PME. Portanto, acho que isso é um sinal muito claro da direção que a União Europeia está a tomar, que para nós é muito positivo.

Sobre a questão dos ativos congelados e da sua utilização pela Ucrânia, as propostas que têm sido feitas não preveem que os ativos sejam congelados para um ou outro efeito. O Sr. Deputado falou da reconstrução, mas o objetivo aqui é que sejam utilizados pela Ucrânia para aquilo que for necessário,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … para aquilo que a Ucrânia considera necessário — enfim, os vários Estados-Membros têm opiniões diferentes.

Penso que o Sr. Primeiro-Ministro esteve aqui, na semana passada, a explicar as dificuldades, e a situação não mudou imenso, continua mais ou menos na mesma: Portugal está do lado daqueles que defendem que devem, de facto, ser usados.

A maioria destes ativos está congelada na Bélgica — também noutros países, mas a maioria está na Bélgica —, e o Governo belga tem-se esforçado e tem pedido garantias de que, havendo dúvidas sobre a utilização destes fundos, a responsabilidade legal não fique toda com eles, o que também se entende, e, portanto, veremos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.ª Secretária de Estado, queria retomar um tema que já aqui foi falado.

No prefácio que acompanha o relatório, a Sr.ª Secretária de Estado faz questão de louvar a nomeação da Comissária Maria Luís Albuquerque para a pasta da União da Poupança e dos Investimentos. A Comissária Maria Luís Albuquerque foi, aliás, em abril, reunir com o lóbi da indústria financeira — onde estavam a Goldman Sachs, o BlackRock, o JP Morgan —,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O quê?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e prometeu, nessa reunião, medidas para mobilizar as poupanças dos europeus, que, segundo a Comissária, «estão a repousar em depósitos sem rendimento» — esta é a citação.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Para os próprios!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade, tem razão!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — A verdade é que cumpriu aquilo que disse que ia fazer e, assim, fez uma proposta para inscrever automaticamente as pensões dos trabalhadores europeus em fundos de pensões

privados, acabando com a tradição, pelo menos em Portugal, dos fundos de pensões baseados no princípio da solidariedade e abrindo a porta aos descontos automáticos para fundos de pensões privados que, depois, serão utilizados — mais uma vez, nas palavras da Comissária — para investir, nomeadamente, na indústria da defesa ou neste tipo de mercados financeiros.

Pergunto-lhe se concorda com esta ideia, se concorda com a ideia de que as pensões dos europeus e dos portugueses devem servir para mobilizar capital, seja para onde for a próxima onda especulativa,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Para onde os próprios quiserem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … correndo assim um risco — como aliás já aconteceu, até em fundos de pensões da União Europeia — que é o de que quando há uma crise financeira as pensões perdem valor. Aconteceu no Chile, na Irlanda e numa quantidade de outros países, e, portanto, gostaria de saber se acompanha esta ideia da Comissária Maria Luís Albuquerque.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Depois recuperaram!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado, para responder, faça favor.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, investimentos, riscos e ganhos: quando olhamos para a vida de uma pessoa, e esperamos, tendencialmente, que seja o mais longa possível, vemos que a forma como as pessoas podem e devem investir as suas poupanças muda ao longo da vida.

Para uma pessoa mais jovem, como a Sr.ª Deputada, faz todo o sentido investir em ativos que geram mais risco. E porquê? Porque ativos que tenham mais risco são também ativos que têm mais rendimento.

Por isso, Sr.ª Deputada, quando olhamos ao longo da vida, todos nós que estamos aqui, e pensamos no que queremos para o nosso futuro em termos de rendimentos, no fundo, em termos de rendimentos das poupanças que conseguimos fazer ao longo da vida, o que queremos é tentar maximizar esses rendimentos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Se tivermos muito tempo pela frente, fizermos um investimento arriscado e, infelizmente, ele não resultar, também teremos tempo para recuperar esse risco, para recuperar esse investimento.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É uma boa lógica, é!…

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, Sr.ª Deputada, do ponto de vista da racionalidade económica,…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É um disparate!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … investir em ativos mais arriscados no princípio da vida faz sentido;…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É um disparate!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … investir em ativos menos arriscados no fim da vida também faz todo o sentido, porque já não há tempo para recuperar.

Portanto, Sr.ª Deputada, concordo com a Sr.ª Comissária.

Aplausos do PSD e de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para fazer perguntas.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Ministro, a Sr.ª Secretária de Estado e as Sr.ªs e os Srs. Deputados.

Já que estamos a falar de riscos, vou falar de um risco tóxico e claramente irrecuperável, que é a central de Almaraz, em termos do impacto ambiental e da segurança das populações, porque, por pressão de Espanha e das grandes poluidoras, tem-se falado sobre o alargamento do seu funcionamento até 2030.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Esta central já passou a sua vida útil, o que traz comportados riscos para Portugal no que diz respeito quer à contaminação das águas e da agricultura quer à segurança das populações. Estamos a falar, não de alarmismo, mas de uma clara irresponsabilidade ao mantê-la.

Aliás, a mesma central já foi objeto de queixa,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — De quem?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e de pronúncia em relação à queixa formulada contra o funcionamento da central de Almaraz, e estamos aqui a alertar para uma tragédia que pode acontecer por falhas de segurança graves na mesma.

No entanto, o Governo português não se tem pronunciado,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … — e mal, porque não podemos achar que, para o crescimento económico, vale tudo! —, mas, no nosso entender, não pode ficar de braços cruzados sobre este assunto.

Ainda agora ouvimos aqui uma teoria, enfim, um pouco atabalhoada, sobre os ativos financeiros, mas não nos podemos esquecer, Sr.ª Secretária de Estado, de que a nossa segurança é aquilo que tem de ter mais valor, e isso não tem sequer medida económica, seja em que idade for ou seja qual for o estrato social de uma qualquer população afetada.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Independência energética!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, a pergunta que se impõe é se Portugal vai, ou não, exigir o encerramento da central de Almaraz em 2028,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Espero bem que não!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … não permitindo o prolongamento do seu funcionamento; exigir a avaliação de impacte ambiental transfronteiriço, que é absolutamente fundamental nesta matéria; e garantir que os deveres de informação e consulta previstos nas convenções de Espoo e de Aarhus são respeitados — o que claramente não tem acontecido por parte de Espanha.

Sr.ª Secretária de Estado, qual é a posição do Governo face a este eventual prolongamento da central de Almaraz…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É só dizer que não!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, a posição do Governo português sobre isto é sempre a mesma. Temos um contacto permanente com as autoridades espanholas, temos uma cooperação com as autoridades que é sempre muito construtiva e positiva, e, portanto, avaliaremos com cuidado a situação e os riscos decorrentes. Estamos em permanente contacto e a avaliar a situação.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, o relatório do Governo sobre Portugal na União Europeia em 2024 mostra bem que cumprimos as nossas principais obrigações, mas não podemos ficar de olhos fechados. A União Europeia só faz sentido se beneficiar todos, sem exceção, e isso inclui, como não poderia deixar de ser, as nossas regiões ultraperiféricas, que enfrentam desafios específicos diariamente, seja nos transportes, na segurança, na conectividade, no apoio ao setor primário e no próprio turismo. Não são apenas números, são vidas.

Cada decisão europeia, nestas diferentes áreas, impacta diretamente na economia e na qualidade de vida das nossas comunidades, e é por isso que defendemos políticas adaptadas às diferentes realidades ultraperiféricas, políticas que, acima de tudo, valorizem as nossas autonomias regionais e que não deixem ninguém para trás.

Por isso, e já falando na participação de Portugal na construção da União Europeia, num contexto marcado por ameaças externas e desafios à segurança e à coesão europeia, é essencial compreender como Portugal articula a sua ação nacional com as decisões europeias.

Deixava-lhe assim duas perguntas, Sr.ª Secretária de Estado: como garante o Governo que a participação de Portugal nas decisões europeias reforça a segurança e a coesão face a essas ameaças externas? E de que forma o Governo concilia a defesa dos interesses nacionais com a necessidade de fortalecer, acima de tudo, a coesão europeia?

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, sobre a questão que colocou, e bem, acerca das regiões ultraperiféricas, o Governo tem-nas defendido sempre. Já as defendemos no ano passado — porque creio que estamos a falar do ano passado —, mas também neste ano. Eu própria participei num fórum das regiões ultraperiféricas, há poucas semanas, em Bruxelas, precisamente para referir a importância estratégica deste ativo, que são as regiões ultraperiféricas, para toda a União.

A Madeira e os Açores não são um ativo estratégico só do nosso País, são-no de toda a União. É tão importante para a Roménia como para nós a existência, a prosperidade, a segurança e a defesa da Madeira e dos Açores. Queria começar por dizer isto, porque acho que é importante dizer que o Governo está muito empenhado em defendê-las, em todas as políticas — aliás, decorre das nossas obrigações no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia defender estas regiões em todas as políticas.

O Sr. Deputado perguntou como é que reforçamos a defesa e a coesão. Defendemos todos os dias os interesses nacionais, porque estou convicta de que os interesses nacionais e os interesses da União Europeia não se opõem, não é? Obviamente que têm *nuances*, e há momentos em que são diferentes, mas, no geral, interessa a Portugal que as coisas corram bem para toda a União Europeia, e vice-versa também é verdade.

Portanto, vamos defendendo os interesses que temos em comum e preservando as nossas posições onde temos algumas diferenças, mas acho que vamos fazendo assim o nosso caminho.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Terminámos o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje. Vamos, por isso, dar início ao segundo ponto, que consiste no debate, com a participação do Governo, sobre o estado da União, conforme previsto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Tem a palavra, para uma intervenção inicial, por parte do Governo, a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Sobre o estado da União, o discurso do estado da União foi proferido, em setembro, pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que apresentou uma visão estratégica centrada na afirmação da autonomia política, económica e geopolítica, defendendo o alargamento e anunciando várias iniciativas no âmbito da segurança e da defesa. No plano interno — e já aqui também falámos esta tarde sobre isto —, destacou a competitividade como chave para a soberania e o reforço de investimento na inovação digital e apelou à conclusão da União da Poupança e dos Investimentos, que também já discutimos. Acrescentou que a competitividade deve andar a par da proteção social, promovendo empregos seguros e combatendo a pobreza, salientou a relevância do acordo comercial com os Estados Unidos e apelou à diversificação de parcerias como o acordo com o México, com o Mercosul e também com a Índia.

No domínio dos valores, reforçou a defesa do Estado de direito, propôs maior condicionalidade no acesso aos fundos europeus, a medidas para fortalecer a resiliência democrática, e defendeu uma política humana, acompanhada de financiamento adequado no que diz respeito às migrações.

No Programa de Trabalho abordou seis prioridades: prosperidade e competitividade sustentável; segurança e defesa europeia; sociedade e modelo social europeu; qualidade de vida e natureza; democracia e valores; e parcerias globais.

O Governo de Portugal revê-se nestas prioridades, e destacaria algumas onde talvez tenhamos ainda mais proximidade, em linha, aliás, com a carta que o Sr. Primeiro-Ministro enviou à Presidente da Comissão Europeia. Em primeiro lugar, a simplificação legislativa e administrativa, que é essencial para aumentar a competitividade.

O reforço do investimento na inovação, especialmente na inteligência artificial, e uma maior harmonização do mercado interno — tema de que, aliás, falei aqui hoje quando salientei aos Srs. Deputados o facto de as barreiras ao mercado interno representarem ainda um custo muito elevado para os cidadãos e para as empresas.

A segurança e acessibilidade da energia devem permanecer no centro das prioridades, particularmente das prioridades portuguesas, no âmbito das interligações entre a Península Ibérica e França, tal como a habitação e os oceanos.

Nas relações externas, notámos e lamentámos a ausência de relações entre a UE e África no programa de trabalho, tendo já feito essa referência. Contudo, essa lacuna não se traduz depois nas atividades porque, de facto, tem havido um contacto constante, tem havido cimeiras com países africanos e continua a haver parcerias estratégicas com esta região.

Depois, em 2026, vai continuar a haver o debate sobre o quadro financeiro plurianual — já tive oportunidade de fazer aqui uma breve referência, mas poderemos voltar a falar sobre isto — em relação ao qual estamos a participar com espírito construtivo.

Passo a referir dois ou três pontos em que Portugal considera que há aspetos onde temos de melhorar.

Em primeiro lugar, no que diz respeito aos planos de parceria nacionais e regionais, temos defendido que deve haver um pacote ou um montante específico para os Estados-Membros tal como existe para Portugal, que tem um rendimento nacional bruto *per capita* inferior a 90 % da média da União Europeia.

Por outro lado, em linha com o que disse há bocado, a proposta da Comissão não inclui um financiamento específico para as regiões ultraperiféricas, o que para nós não é aceitável. Portanto, este é um ponto que temos sublinhado de modo muito firme e constante, diria eu.

Por fim, há um ponto que é interessante e que acho que vale a pena referir também. O que este quadro financeiro plurianual faz é que dá um valor ou reforça a rubrica do fundo de competitividade, fundo esse cujos critérios serão — e já são, na grande maioria dos programas — critérios de excelência.

Portugal tem dito sempre que está de acordo com os critérios de excelência para este fundo de competitividade. No entanto, é preciso ter muito cuidado — temos defendido isto e vamos continuar a defender —, porque existem outros fatores que nada têm a ver com a excelência, mas que podem limitar o acesso a esse fundo de competitividade. Por esta razão, temo-nos debatido nas instituições europeias, nos debates que temos no Conselho, para assegurar uma participação equitativa dos Estados-Membros neste fundo. Diria, nestes termos: neste fundo de competitividade, para excelência igual, tem de haver oportunidades de participação igual. Ou seja, não questionando a excelência, mas assegurando que temos a capacidade de participar neste fundo.

Por fim — já falámos sobre isto, porque foi uma questão que foi colocada esta tarde, mas que vou destacar de novo —, ressalto a nossa candidatura à Autoridade Aduaneira da União Europeia, com sede no Porto, e apelo aos Srs. Deputados quanto ao contributo que possam dar nas instâncias internacionais em que participem.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos agora dar a palavra aos grupos parlamentares.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Srs. Deputados, o discurso sobre o estado da União de 2025, proferido pela Presidente da Comissão Europeia a 10 de setembro, surge num dos momentos mais exigentes da história recente da União Europeia. Vivemos com guerra no continente europeu, com instabilidade no Médio Oriente, com pressões migratórias persistentes, com profundas transformações económicas e tecnológicas e com ameaças reais às nossas democracias. Não foi, por isso, um discurso de rotina, foi uma leitura lúcida da realidade europeia e uma proposta clara de um rumo político com o qual o PSD converge.

A mensagem central é clara: a Europa entrou no seu momento de independência. Não uma independência contra ninguém, mas uma independência com capacidade própria de decisão de ação e de proteção dos seus cidadãos. Essa independência europeia exige-se para proteger as nossas liberdades — a liberdade de decidir, a liberdade de circular, de votar, de viver em democracia. Importa dizê-lo sem ambiguidades: o Estado de direito não é uma retórica, é uma condição.

O maior teste à segurança europeia continua a ser a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. A Presidente da Comissão foi clara, e bem: apoiar a Ucrânia não é apenas solidariedade, é segurança europeia. Também Portugal tem assumido essa responsabilidade, mantendo e reforçando, já com este Governo, o seu apoio político, humanitário e militar, porque a defesa da Ucrânia é a defesa da ordem internacional baseada em regras.

A Rússia não pode vencer esta guerra e a paz só será justa e duradoura se assentar na soberania e na integridade territorial da Ucrânia. Daí a necessidade de uma União de defesa plenamente operacional. Reforçar a indústria de defesa, criar mecanismos de resposta rápida e garantir interoperabilidade não é ideologia, é realismo estratégico.

Saudamos, pois, o plano Prontidão 2030 (ReArm Europe/Readiness 2030) e o Programa SAFE.

É nessa mesma lógica que o Governo da AD também está a seguir, ao reforçar o investimento na defesa nacional, o maior investimento de há décadas, ao valorizar as nossas Forças Armadas e ao assumir que a segurança deixou de ser um dado adquirido. Portugal faz a sua parte, porque a segurança partilhada significa responsabilidade partilhada.

O segundo eixo decisivo do discurso foi a competitividade. Não poderíamos estar mais de acordo. A autonomia estratégica da Europa depende da sua força económica. Sem crescimento, inovação e emprego qualificado, a União perde influência e coesão.

A Presidente da Comissão foi direta. A Europa está a perder velocidade. Eu diria mesmo, a Europa está a arrastar os pés, em especial neste último ano, depois da apresentação dos relatórios Letta e Draghi, em que muito pouco foi feito. O tempo urge, o mercado interno continua incompleto, a burocracia pesa, as dependências externas persistem.

Assim, este Governo da AD colocou — e bem, a nosso ver — a competitividade no centro da política económica nacional. Menos burocracia, mais investimento, menos impostos, mais previsibilidade, mais confiança para as empresas e mais condições para criar emprego.

A aposta europeia na indústria, na inteligência artificial, nos semicondutores, nas energias limpas e na inovação encontra eco nas opções nacionais de apoio à reindustrialização, à ciência e à modernização do tecido produtivo, aliás, alinhadas com a agenda industrial europeia, que é positiva e uma oportunidade para Portugal e por isso mesmo deve ser também uma oportunidade para a nossa economia, para os nossos empresários e para as PME.

O mercado único é o nosso maior trunfo, e Portugal tem de estar na linha da frente da sua concretização, beneficiando de um mercado mais integrado, mais competitivo e mais justo — uma verdadeira oportunidade que não podemos desperdiçar.

Ora, não existe competitividade sem coesão social. A crise do custo de vida, a habitação e a pressão sobre os rendimentos das famílias são realidades que exigem respostas concretas, e o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis vai no sentido certo. De igual modo, o Governo da AD assumiu a habitação como uma prioridade, mobilizando investimento público — o maior das últimas décadas — para os jovens, em especial na aquisição da primeira habitação, e para senhorios e inquilinos, no mercado de arrendamento, aumentando a oferta e procurando soluções duradouras e não respostas improvisadas.

Este discurso foi um discurso de ambição, mas também de aviso. A Europa sabe o que tem de fazer. E Portugal, com este Governo, a nosso ver, tem feito o seu trabalho de casa, tem dado provas de querer transformar o País para resolver os problemas reais dos portugueses.

Sr.ª Secretária de Estado, partilha desta nossa visão? O que poderemos esperar do Governo, nos próximos tempos?

O PSD continuará fiel ao europeísmo fundador, 45 anos depois da morte de Francisco Sá-Carneiro, que acreditou numa Europa de liberdade como destino natural de Portugal, e em memória de Francisco Pinto Balsemão, recentemente falecido, que dedicou a sua vida pública à defesa da democracia, do pluralismo e do projeto europeu — um legado que nos honra, que nos exige e nos compromete com o futuro de Portugal e da União Europeia.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, queria agradecer a sua intervenção e começar por dizer que Portugal tem sido um defensor da competitividade, que envolve vários aspetos. O Sr. Deputado referiu, e bem, algumas das áreas onde temos de ser mais fortes, como a inteligência artificial, mas há muitas outras, nomeadamente o reforço das infraestruturas.

No âmbito da competitividade, temos defendido junto das instituições aspetos como a simplificação e a desburocratização. Note que até a palavra é difícil de dizer, portanto temos mesmo de acabar com a burocracia, para ver se conseguimos não ficar aqui engasgados.

Temos estado na linha da frente dessa defesa. Por exemplo, na defesa da diversificação dos acordos comerciais, o que também é muito importante para reforçar a competitividade da economia europeia.

Além disso, temos defendido uma questão, diria, ibérica e nacional, que é a questão das interligações elétricas, porque sabemos bem que uma das principais dificuldades da União Europeia diz respeito aos custos energéticos. É, pois, importantíssimo conseguir baixá-los e acreditamos que, ao fazer isto, conseguiremos baixar os custos da energia para toda a União.

Portanto, repito, temos estado na linha da frente quanto à competitividade.

Este Governo tem estado na linha da frente na defesa dos direitos das pessoas e nas políticas sociais. Referi há bocado o empenho pessoal e político do Sr. Primeiro-Ministro no tema da habitação, que já foi muito óbvio não só nas mensagens e nas cartas que tem trocado com a Presidente Von der Leyen, mas na forma como abordou o último Conselho Europeu, liderando o debate sobre o tema da habitação, que é um tema que nos preocupa.

Também temos defendido — e já falei sobre isto várias vezes esta tarde — que a política de coesão continua a ser uma política central da União Europeia, por vários motivos: porque reforça o investimento, porque é motivo

de segurança para toda a União e obviamente porque reforça o seu objetivo original que é a coesão territorial e social da União Europeia.

Logo, Sr. Deputado, o Governo continua plenamente empenhado nestas políticas, temos defendido estas políticas junto das instituições europeias e continuaremos a fazê-lo.

O Sr. Deputado disse — e foi uma questão que outros Srs. Deputados referiram — que as questões da competitividade demoram tempo. Eu partilho da sua visão, como partilho, aliás, da visão dos Srs. Deputados que falaram anteriormente sobre este tema. É um facto que demora tempo.

Consideramos que está a ser feito um trabalho para melhorar, ou pelo menos para procurar simplificar a legislação europeia, porque obviamente que uma grande parte da legislação nacional deriva da legislação europeia. E este esforço tem de ser a nível nacional e a nível da União Europeia, isto é, temos todos que caminhar no mesmo sentido.

O facto é que as instituições europeias estão a fazer esse esforço. É verdade que há a questão do equilíbrio entre as instituições, porque existem três colegisladores ao nível da União Europeia: o Conselho, o Parlamento e a Comissão. A Comissão é que tem a iniciativa legislativa, mas depois isto é debatido por três instituições. O que se verifica é que muitas vezes o Governo está empenhado, a Comissão Europeia também faz uma proposta, mas pode haver certos partidos no Parlamento Europeu que depois discordam. Ou pode ser ao contrário.

Portanto, este processo institucional implica negociação entre várias instituições, entre governos diferentes de partidos diferentes, entre partidos diferentes no próprio Parlamento Europeu, e depois há visões diferentes entre os diferentes comissários da Comissão Europeia, o que implica que às vezes este processo demora tempo. Desejávamos que fosse mais rápido, é verdade. Desejávamos que os efeitos do que se consegue de facto fazer também fossem mais rápidos, o que é igualmente verdade, mas isto tem o seu tempo.

O que acho que é muito importante dizer é que nós consideramos que estamos no caminho certo. E o Governo tudo fará para apoiar as iniciativas da Comissão e dos partidos, que vão neste mesmo sentido.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Grupo Parlamentar do Chega, que divide o seu tempo pelas intervenções de dois Srs. Deputados. O primeiro é o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, a quem dou a palavra.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, o Partido Chega acompanha com sentido de responsabilidade o debate em curso sobre a defesa europeia. É importante que a Europa acorde para a necessidade de reforçar a sua capacidade de defesa, investindo mais e cooperando melhor.

Para o Chega existe, porém, uma linha vermelha: a ideia da criação de um exército europeu.

Ouvimos a Sr.ª Von der Leyen falar de uma União Europeia de defesa e, porque não somos ingénuos, sabemos que esse propósito não desapareceu da agenda dos federalistas que dominam a Comissão.

Ora, para nós, isso é inconcebível.

Os soldados portugueses não obedecem à Europa, nem à Sr.ª von der Leyen; os soldados portugueses obedecem a Portugal.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr.ª Secretária de Estado, pode o Governo garantir que rejeitará qualquer iniciativa destinada à criação de um exército europeu?

Um segundo tema que inquieta o Chega é o acordo de comércio com o Mercosul (Mercado Comum do Sul). O Chega não se opõe, por princípio, ao acordo; opõe-se, isso sim, à realidade concreta de um acordo que seria mau para os nossos agricultores.

Disse a Sr.ª von der Leyen que Bruxelas tinha obtido garantias robustas para os agricultores no acordo com o Mercosul. Porém, meses depois, essas garantias continuam por fechar. Na verdade, isso pouco parece preocupar a Sr.ª von der Leyen, que se multiplica em esforços para obrigar os Estados europeus a assinar um

cheque em branco, para que, logo a seguir, possa voar rumo ao Brasil em triunfo. Não é assim de espantar que a França e a Itália queiram adiar, e bem, a votação do acordo.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Resta conhecer a posição de Portugal. É este Governo pelo cheque em branco e pela assinatura do acordo, quando tanto ainda há para definir? Ou podem os agricultores portugueses contar com o Governo para os defender?

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Tilly.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Venho falar-vos de censura.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Oh…!

O Sr. **João Tilly** (CH): — No discurso do Estado da União, Ursula von der Leyen anunciou um *European Democracy Shield*. Contudo, este *democracy shield* não é nenhum escudo da democracia; é, sim, uma arma para as elites políticas de esquerda que se apoderaram da Europa, é uma arma contra a democracia e contra a liberdade de expressão dos povos da Europa. A democracia não se defende limitando a liberdade de expressão, defende-se cultivando-a.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É, cultivando como vocês com as vossas *fake news*!

O Sr. **João Tilly** (CH): — A democracia é pluralismo e não pensamento único.
A Comissão Europeia, a coberto de uma guerra contra a desinformação,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Olha quem fala!

O Sr. **João Tilly** (CH): — … vá-se lá saber o que é que isso quer dizer,…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É cultivada por vocês!

O Sr. **João Tilly** (CH): — … o que pretende é controlar o pensamento livre dos cidadãos, cancelando-os e censurando tudo o que for contra a agenda e os dogmas europeus.
Bruxelas pretende, na prática, centralizar e validar tudo o que pode ou não dizer-se, tudo o que pode ou não discutir-se publicamente. Por isso, quer controlar desde já as redes sociais — sim, porque os *mass media* há muitos estão controlados e bem subsidiados.
A apregoada liberdade de expressão passa a ser uma miragem. Só és livre de pensar aquilo que Bruxelas quer que tu penses.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — É a censura na sua forma mais descarada e o pensamento único medieval novamente instituído.
E como definir a desinformação? Quem escrutina os escrutinadores? Eu, por exemplo, tive 12 vídeos cancelados no mesmo dia, na semana passada, alguns muito antigos.

Risos de Deputados do L e do PCP.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não se perdeu nada!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Porque será?

O Sr. **João Tilly** (CH): — Esperem, esperem que vão ouvir a melhor. Foram bloqueados por *fact checkers* não portugueses, mas romenos e húngaros, que nem sequer usam o nosso alfabeto, ou por polígrafos cuja idoneidade enviesada é paga a centenas de milhares de euros por ano.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Graças a Deus que há polígrafos!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Srs. Deputados, a verdade validada não pode depender de polígrafos enviesados com agendas políticas anti-Chega.

O *chat control* tem a mesma lógica da censura e da repressão. É a vigilância maciça das comunicações privadas e representa a violação do sigilo e da privacidade, que terá um efeito dissuasor sobre o debate político.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não falam das crianças, não é?

O Sr. **João Tilly** (CH): — A autocensura será consequência direta dessas medidas e a democracia acabaria como uma mera gestão tecnocrática do pensamento único.

Aplausos do CH.

Assim, o Chega defende a rejeição total do *democracy shield* e do *chat control*. O Chega defende de modo intransigente a liberdade, a privacidade e o pluralismo e, por isso, pergunto ao Governo: vai aceitar que Bruxelas censure e vigie os cidadãos portugueses?

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, obviamente, o Governo é contra a censura, mas a União Europeia também não quer censurar, portanto acho que posso responder assim à sua pergunta.

Protestos de Deputados do CH.

Sobre o que disse o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto relativamente ao acordo de comércio UE-Mercosul, quero dizer-lhe que a posição de Portugal tem sido muito clara — aliás, eu própria já o transmiti, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro também, dizendo que Portugal apoia o acordo União Europeia-Mercosul.

Houve um debate muito alargado e profundo, ao longo destes últimos meses, tendo a Comissão apresentado, no outono, uma proposta para dar ainda mais garantias aos agricultores e para os tranquilizar, referindo que este acordo não será prejudicial e, devo dizê-lo, na nossa perspetiva, Sr. Deputado, isso deveria, de facto, tranquilizar os agricultores.

Este acordo UE-Mercosul é muito importante por vários motivos. Como sabe, temos uma relação próxima com vários países com os quais faríamos este acordo, se conseguirmos, de facto, completá-lo. Já temos relações comerciais intensas com o Brasil, em particular, mas não só. Temos igualmente relações de investimento, pelo que este acordo permitirá reforçar essas ligações.

Ora, no momento que estamos a viver, como eu disse logo na primeira intervenção na primeira sessão que tivemos, em que há uma crise do multilateralismo e uma estagnação da globalização — não sei se é a expressão correta —, estes acordos permitem reforçar a prosperidade europeia, porque é disto que se trata, e permitem,

no fundo, reforçar a segurança da economia europeia, pois ao diversificarmos as relações comerciais que temos com outros Estados e com outras regiões,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é que é segurança alimentar!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … isso permite-nos reforçar a nossa própria segurança e a nossa autonomia estratégica.

A autonomia estratégica da União Europeia tem várias vertentes. Tem a vertente de assegurar que somos mais competitivos, como estávamos a dizer há bocado, e a vertente de assegurar que as nossas empresas são mais competitivas, pelo que criamos mais emprego e conseguimos ter mais bens e serviços de maior qualidade dentro do nosso território.

Mas nenhum país e nenhuma região vive isolado. Nenhum! Por isso, ter relações com o exterior é importante para permitir-nos adquirir bens que não temos, ou que não fazemos tão bem.

Nesse sentido, a diversificação das nossas relações comerciais permite-nos proteger. Se só tivéssemos relação comercial com um Estado e se houvesse um choque muito grande nesse Estado, ficávamos em apuros. Por conseguinte, a diversificação é positiva. O acordo UE-Mercosul é positivo para todos, incluindo para os agricultores.

Assim, é esta a posição do Governo. É isto que temos defendido e esta semana ainda penso que haverá novidades neste âmbito, sendo que a posição de Portugal é: espero que seja aprovado. Isto sobre o acordo UE-Mercosul.

Sobre a defesa, o Sr. Deputado referiu a criação de um exército europeu, mas este tema não está em questão na União Europeia e Portugal não será favorável à criação de um exército europeu.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, do Partido Socialista.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, debatemos hoje o estado da União, na sequência do discurso da Sr.ª Presidente da Comissão, proferido no início de setembro, no Parlamento Europeu, tendo a mensagem sido a de uma Europa mais forte, mais autónoma, capaz de se defender e de proteger as suas conquistas sociais.

Passaram três meses, muita coisa aconteceu, mas os desafios estruturais mantêm a sua atualidade e os desafios mais dramáticos continuam sem um fim à vista.

Por isso, mais do que repetir diagnósticos, importa ligar esse discurso ao que se passou, entretanto, e ao que vai estar em cima da mesa no próximo Conselho Europeu, que começa já amanhã.

Há um fio condutor. Uma Europa forte tem de garantir segurança, projetar estabilidade, gerar prosperidade e reforçar a coesão social. Se falharmos em qualquer uma destas dimensões, falharemos no essencial: a confiança dos europeus e a confiança dos portugueses.

Começo onde a realidade é mais dura: a Ucrânia. A Ucrânia continua a ser a linha da frente da segurança europeia. Apoiar a Ucrânia é defender a nossa liberdade e também a credibilidade da União, sendo que, desde o início do conflito, Portugal tem tido, e bem, uma posição firme nesse apoio.

Ora, o próximo Conselho Europeu vai discutir precisamente como garantir um financiamento estável para 2026 e 2027, incluindo apoio militar e de defesa, e esta discussão é precisamente descrita como urgente.

Uma das questões que está em cima da mesa é a operacionalização do empréstimo de reparações com base em ativos russos imobilizados. Conhecemos a oposição do Governo belga, reconhecemos os riscos jurídicos e financeiros desta operação, mas, não sendo opção deixar à sua mercê a Ucrânia, alguma solução tem de ser adotada e esta poderá ser a que menos impacta nos contribuintes portugueses e europeus.

Este tema é tão mais importante quando estamos em plena discussão do futuro quadro financeiro plurianual, não só do seu desenho, mas também das suas receitas, pelo que é importante este tema para garantir que continuamos com uma verdadeira política de coesão.

Daqui passamos à competitividade, porque sem base económica não há autonomia estratégica e sem autonomia estratégica não há segurança.

Falamos do setor automóvel. Sabemos a importância que este setor tem para a economia europeia e para a economia portuguesa. Normalmente falamos da AutoEuropa, mas temos um conjunto alargado de empresas da indústria fornecedora de componentes automóvel de norte a sul do País, que empregam muita gente, mais de 60 000 empregos diretos, sendo que muitos poderão, a curto e médio prazo, estar em risco.

No discurso da Presidente da Comissão ficou clara a importância estratégica da indústria automóvel para a Europa e a urgência de responder a um problema que já é estrutural.

Ontem mesmo foi apresentado um conjunto de iniciativas que em grande medida se limitam a mitigar o impacto da concorrência feroz da China, mas não desvalorizamos a necessidade de ter medidas concretas de curto, médio e longo prazos.

É preciso assegurar investimento, inovação e emprego numa transição exigente, mas, sublinho, necessária.

Portanto, a questão, Sr.ª Secretária de Estado, é como é que o Governo português está a acompanhar este dossiê que transcende, claramente, as nossas fronteiras, mas que tem impactos muito concretos para muitas das famílias portuguesas.

Termino com um tema que hoje pesa no dia a dia das famílias e por conseguinte na confiança do projeto europeu e que já hoje foi aqui falado: a crise da habitação e a dificuldade do acesso à habitação acessível.

Este assunto foi abordado pela Presidente da Comissão e ontem mesmo foi apresentado o Plano Europeu para a Habitação Acessível, que saudamos. O Partido Socialista sempre defendeu que a habitação é uma obrigação nacional, mas também é um problema europeu, com causas e pressões comuns, e, por isso, exige instrumentos europeus, coordenação e financiamento.

A Sr.ª Secretária de Estado já aqui disse que o Governo acompanha a União Europeia neste tema que, dada a sua dimensão, exige respostas firmes e concretas, e era isso que pedia que nos apresentasse.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas suas questões. Embora pense sinceramente que já falámos da maioria delas, vou responder, retomando a ordem das suas questões.

Sobre o Conselho Europeu, o Sr. Deputado falou sobre a questão do financiamento à Ucrânia. Eu não podia estar mais de acordo, já o disse aqui esta tarde, pois sempre temos defendido esta posição — aliás, penso que o Sr. Primeiro-Ministro na discussão sobre a preparação da reunião do Conselho Europeu também já o referiu. Portugal defende a solução dos ativos congelados, acautelando naturalmente os riscos que possam existir, nomeadamente riscos jurídicos, riscos legais, riscos de financiamento, etc.

Há, obviamente, outras soluções que têm sido ponderadas, como, por exemplo, o recurso à dívida comum para apoiar a Ucrânia, garantido pelo chamado *headroom* do Orçamento da União Europeia. Há, naturalmente, a opção de empréstimos bilaterais entre Estados-Membros e a Ucrânia. Enfim, tem havido várias propostas.

Portugal, em geral, é construtivo relativamente às propostas que surgirem e que seja possível implementar, porque, para nós, o mais importante, como já referi, é que a Ucrânia tenha todos os meios à sua disposição para obter a paz nas condições que deseja. E isto é o mais importante.

Portanto, Portugal continuará a contribuir de uma forma construtiva para todas as soluções que permitam atingir este objetivo. Para nós, este objetivo é relevante por muitos motivos: primeiro e antes de tudo, porque a Ucrânia foi vítima de uma agressão ilegal, que viola o direito internacional; porque a Ucrânia está na fronteira da Europa e é importante para nós, obviamente, a estabilidade nas nossas fronteiras; e também por motivos humanitários e de humanismo.

Por estes motivos, Portugal estará sempre do lado daqueles que procurarão encontrar uma solução para o que é muito importante, de facto, que é apoiar e continuar a financiar a Ucrânia para aquilo que ela precisa para este objetivo final, que é a paz nos seus termos.

O Sr. Deputado falou também sobre a competitividade e sobre o sector automóvel. O Governo, como digo, tem feito e tem procurado acompanhar todas as medidas que reforcem a competitividade da economia, mas também, em particular, do sector automóvel, que é, de facto, um sector importante para nós.

Tem havido novidades, e houve novidades agora, sobre as medidas que a Comissão Europeia propunha no âmbito dos motores a combustível. Houve novidades anunciadas esta semana que vão permitir adiar o prazo para acabar com a produção do motor que funciona a combustível. Portugal, em geral, tem sido um parceiro construtivo nesta procura de equilíbrio entre reforçar as medidas que protegem o ambiente e preservar a nossa competitividade industrial.

Portanto, posso-lhe dizer que acho que estamos nesta posição construtiva e de equilíbrio para estas duas realidades, que, aliás, muitas vezes nem sequer se opõem, podem-se reforçar mutuamente, e é isso que procuraremos sempre fazer.

Penso que respondi às suas questões, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, o tema é o estado da União Europeia e é sempre pertinente discutir este tema. Os nossos debates acabam sempre por ser um pouco sobre o estado da União Europeia e a participação de Portugal nela.

É bom lembrar que já se tornou um lugar-comum dizer que este ano foi o ano de viragem na Europa, mas, neste ano, de facto, houve acontecimentos importantes nas relações da Europa. A mudança de administração nos Estados Unidos lembrou-nos outra vez, pela enésima vez em 10 anos, que temos de contar connosco próprios para assegurar a nossa própria segurança e a nossa própria presença no mundo. Tivemos mais uma lembrança.

Gostava de poder dizer que esta é a última, esta é a definitiva, é esta que nos vai dar, finalmente, o impulso de que estávamos a precisar para resolver os nossos problemas de competitividade, seguir em frente, defendermos e assumirmos a nossa voz no mundo. Infelizmente, não estou em condições de o poder dizer e penso que ninguém está em condições de o poder dizer.

Existe um relatório bastante completo e bastante extenso, o relatório Draghi — há outros, mas o mais importante do ponto de vista de conteúdo e medidas concretas é o Draghi —, e mesmo nesse relatório tem havido uma grande dificuldade, por parte das instituições europeias, em perceber o que é que ele realmente implica.

Diria que uma das mensagens mais importantes desse relatório é a de que, neste momento, a União Europeia tenta fazer demasiadas coisas ao mesmo tempo e, tentando fazer demasiadas coisas ao mesmo tempo, acaba a fazê-las mal, especialmente quando os seus próprios problemas estruturais, aquilo que era suposto já saber fazer e bem, não estão resolvidos.

Um deles é o mercado interno. Não podemos duvidar do facto de que o mercado interno foi a grande fonte de prosperidade e sucesso do projeto europeu nos últimos 40 anos — foi, de facto, o mercado interno. Mas quando ainda se fala de barreiras aduaneiras que podem valer até 40 % do custo de circulação de bens e serviços no mercado interno, é porque temos um grande problema, e não vejo como é que todas as instituições europeias não estão dedicadas a resolver este problema antes de tudo o resto. É que, quando vamos falar do resto, estamos simplesmente a tentar suprir défices que já existem estruturalmente e não vão aparecer porque existe um novo fundo.

Há um exemplo, que até foi discutido há pouco tempo, há poucas semanas, no Parlamento, a propósito do Café de Ciência, sobre o problema que a União Europeia tem a nível dos semicondutores. A União Europeia lançou uma grande estratégia para assumir 20 % da quota mundial de semicondutores. Neste momento, tem cerca de 7 % e criou o Chips Act, com um investimento de 40 mil milhões de euros. Do outro lado, nos Estados Unidos, são quase 300 mil milhões dedicados a ganhar autonomia em semicondutores. E a estratégia do Chips Act, de ter 20 % da quota de mercado até 2030, vai falhar. Claro que vai falhar! E muitas outras vão falhar, porque os problemas de base não estão resolvidos.

Vamos a outro exemplo que a Sr.ª Secretária de Estado deu relativamente ao fim da proibição da construção de carros a combustão interna, em 2035, que acabou ou vai acabar.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ainda bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ainda bem! É, de facto, uma boa ideia. O problema é que ela surgiu em primeiro lugar. Houve decisões de investimento que foram feitas com base nesse objetivo e que agora vão ter de ser mudadas outra vez. Só nos últimos anos, isto mudou várias vezes e criou uma enorme instabilidade na União Europeia.

É sobre isso que devemos refletir e é isso que devemos evitar definitivamente para futuro. Não inventar e fazer aquilo que fazemos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, de facto, concordo que a União Europeia precisa de ser mais empenhada e de continuar a trabalhar afincadamente neste esforço, que é fazer bem aquilo que faz bem.

Diria que sinalizou, e bem, a questão do mercado único. Uma das principais forças da União Europeia é este mercado, que também nos permite ter força na nossa capacidade de influência, até em outras áreas que podem não ter necessariamente nada a ver com a economia. Portanto, concordo consigo: temos de remover as barreiras ao mercado interno. Acho que está a ser feito, como já disse, um esforço grande, mas acho que podemos fazer mais.

O que temos referido, o que eu própria tenho referido nas instituições e quando vou aos conselhos de assuntos gerais, é que agora nos encontramos numa fase em que as instituições estão a tentar fazer e implementar os chamados pacotes Omnibus. Ou seja, temos uma série de legislação que pode ser excessivamente complicada e que agora vamos simplificar. Então, pega-se num conjunto grande de legislação e tenta-se simplificar o que foi complicado. O próximo passo, obviamente, é tentar, já ao produzir a legislação, evitar que ela saia complicada, que é para depois não termos de andar para trás e para a frente.

Portanto, concordo inteiramente consigo. Como já disse, acho que estamos no bom caminho, e o que é importante — e talvez isto seja uma chamada de atenção que vai chegar às pessoas e às instituições — é compreender que estas barreiras ao mercado único não são teóricas, elas existem. Existem e têm custos concretos, custos esses que são medidos, e nós sabemos quanto é que custa o facto de não termos um mercado interno que funcione tão bem como devia funcionar.

No mercado interno, há duas questões diferentes. Há o mercado de bens, onde, apesar de tudo, já há bastante mais flexibilidade, mas podia haver mais e, extraordinariamente, ainda existem barreiras que são incompreensíveis no mercado de bens. Mas, obviamente, temos um desafio muito grande pela frente, que é o mercado de serviços. E, nos serviços, penso que a Comissão Europeia tem estado empenhada nesse esforço, com vários pacotes para reforçar o mercado interno no âmbito dos serviços, e encontrará sempre em Portugal um parceiro construtivo nisso, para tentar facilitar estas trocas de serviços para reduzir as barreiras, porque isto também tem custos.

Portanto, o que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que concordamos. Tudo o que estiver ao nosso alcance, nós faremos para simplificar a legislação, também europeia, e reduzir estes custos, que são, de facto, incompreensíveis.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, para questionar o Governo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, a Comissão Europeia apresentou o Plano Europeu de Habitação Acessível, reconhecendo aquilo que todos sentimos no dia a dia. A crise da habitação é uma crise social profunda que obriga famílias a viver longe do trabalho, que rouba tempo à vida familiar e que transforma um direito básico num luxo inacessível.

Este plano propõe maior intervenção do sector público, mobilizando 10 mil milhões de euros adicionais e incentivando os Estados a investir em habitação pública e acessível, regulando o alojamento local e combatendo a especulação imobiliária. A Comissão sublinha que os apoios devem ser dirigidos aos jovens, estudantes, aos trabalhadores essenciais e a pessoas com rendimentos médios e baixos.

Ora, saudamos este plano europeu de políticas de habitação, porque representa um avanço importante e uma alteração de postura da União Europeia nesta matéria, mas a verdade é que ele vai precisamente no sentido contrário daquelas que têm sido as políticas do Governo português.

Em vez de seguir a linha da Comissão Europeia, o Governo muda a definição de renda acessível e passa a falar em renda moderada, alargando o acesso a quem tem rendimentos que lhe permitam pagar uma renda de 2300 € por mês. Em vez de seguir a recomendação da Comissão Europeia — e, já agora, de todos os especialistas, há vários anos — de regular o alojamento local, o PSD e o Governo vão exatamente em sentido contrário.

Temos, até, o exemplo caricato de o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Eng.º Carlos Moedas, do PSD, que integrou o painel de aconselhamento da Comissão nesta matéria, fazer, ao mesmo tempo, exatamente o oposto em Lisboa daquilo que recomenda em Bruxelas. Em que é que ficamos? Qual é a política que o Governo vai seguir: aquilo que diz em Bruxelas ou aquilo que faz em Portugal?

Sr.ª Secretária de Estado, permita-me também que traga para o debate as questões ambientais, uma vez que, ainda ontem, o Parlamento Europeu deu luz verde ao pacote Omnibus I, sob o pretexto da competitividade. O que este pacote faz, na verdade, é reduzir as obrigações ambientais das grandes empresas, nomeadamente o dever de adotarem um plano de transição climática. Objetivamente, isto enfraquece os padrões ambientais e de respeito pelos direitos humanos, mas, sobretudo, é uma traição àquilo que o Partido Popular Europeu disse durante a campanha eleitoral e às promessas eleitorais que fez de um *green deal*. Infelizmente, o PPE (Partido Popular Europeu) parece também ter feito a sua escolha e decidiu aliar-se à extrema-direita europeia para retroceder em matéria ambiental.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Alguma coisa fez bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Por isso, pergunto: aceita o Governo português o retrocesso dos padrões da União Europeia em matéria ambiental? É esse o estado da União que o Governo aceita?

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, falou-me sobre dois temas: a habitação e as questões ambientais.

Sobre a habitação, Sr. Deputado, o Governo já falou muito sobre isto. As políticas do Governo relativamente à habitação são muito claras. O que o Governo está a procurar fazer é combater a falta de habitação, promovendo a construção. De novo, Sr. Deputado — até hesito em explicar! —, acho que é bastante óbvio que, ao reforçarmos e facilitarmos a construção, naturalmente vamos facilitar que as pessoas possam habitar essas casas que são construídas.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Se não forem para alojamento local!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — O Sr. Deputado falou sobre as medidas da União Europeia. Já tive a oportunidade de falar aqui sobre as medidas e, enfim, sobre o objetivo do Governo, que o Primeiro-Ministro tem pessoalmente defendido junto das instituições, com grande empenho, em particular no último Conselho Europeu, defendendo que seja possível haver medidas que possam ser comuns à União

Europeia, por exemplo — já que estamos a falar em construção —, no que diz respeito aos auxílios do Estado, para facilitar, precisamente, que os Estados possam ser mais interventivos na construção de habitação.

Falou na questão da noção da acessibilidade. Gostava de lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado: o objetivo do Governo é tentar chegar a todas as pessoas que, neste momento, têm dificuldades em aceder à habitação. Há pessoas com vários tipos de rendimento que têm dificuldades em aceder à habitação num sítio que seja razoável e decente para poderem vir trabalhar todos os dias. Portanto, acho que o Sr. Deputado também devia estar do lado dessas pessoas, mas, enfim, estará do lado que entender.

Sobre as questões ambientais, o Governo continua empenhadíssimo, e está sempre muito empenhado, em defender as questões ambientais, como, aliás, a União Europeia.

O que se tem procurado fazer — e o Sr. Deputado disse uma coisa que não é exatamente assim — é o seguinte: com o pacote Omnibus, de simplificação sobre o reporte das empresas, o objetivo é fazer, sobretudo, com que as pequenas e médias empresas, que têm custos muito elevados, ou seja, têm custos mais elevados, face ao seu tamanho, do que as grandes empresas, possam ter um alívio destas obrigações de reporte, porque senão chegamos a um ponto em que elas deixam de ser competitivas. E depois o que é que acontece? Acontece que as empresas maiores poderiam, eventualmente, importar bens e serviços de outros países que têm zero regulamentação ambiental.

Portanto, francamente, acho que este pacote Omnibus, de simplificação do reporte, faz todo o sentido e tê-lo é melhor para o ambiente do que não o ter. É melhor para o ambiente.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para formular perguntas, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, as condições de vida dos povos, a sua realidade concreta e os seus problemas têm sido sistematicamente ignorados pelas instituições da União Europeia. Pintam um cenário de prosperidade, que não tem qualquer correspondência com a vida dos povos.

Perante as desigualdades, a pobreza, o elevado custo de vida e as dificuldades no acesso à habitação, com a crescente especulação, a opção da União Europeia é prosseguir uma política ao serviço dos grupos económicos e financeiros e das grandes potências, e de promoção da confrontação e da guerra no plano internacional, à custa dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores e dos povos, da paz e da cooperação, aprofundando a sua natureza federalista, neoliberal e militarista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui! Bolas!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Acentua uma política que ataca direitos sociais e laborais, os salários e pensões, os serviços públicos — a saúde, a educação, a segurança social —, que promove a liberalização e a privatização, uma política que desfia recursos necessários para a resolução dos problemas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos povos para fomentar a escalada armamentista e o aumento das despesas militares, submetendo-se aos ditames dos Estados Unidos da América e da NATO.

Veja-se, por exemplo, o problema da habitação, que é extremamente sentido no nosso País, com o elevado custo da habitação, mas é um problema generalizado também noutros países, e a questão que se coloca é a de saber como é que se vai combater esta especulação imobiliária. Aliás, aquilo que temos visto em Portugal é que o Governo é quem incentiva essa mesma especulação.

Mas veja-se também as perspetivas para o próximo quadro financeiro plurianual, em que a União Europeia se prepara para aumentar as verbas para a guerra e o armamento e cortar as verbas para a coesão, a política social, a agricultura, as pescas ou o ambiente. Esta é uma proposta prejudicial para Portugal e, mais uma vez, não posso deixar de colocar a questão sobre se o Governo vai acompanhar estas opções ou vai defender os interesses do nosso País e do nosso povo.

Mantém a cumplicidade com o genocídio do povo palestiniano e a criminosa política de ocupação e agressão impunemente levada a cabo por Israel na Palestina e no Médio Oriente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E a Rússia?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É este o estado da União Europeia, que não serve os povos. A cada dia que passa, fica mais clara a necessidade de um caminho alternativo para uma Europa que garanta os direitos e corresponda às aspirações dos trabalhadores e dos povos, da paz, da cooperação e do progresso social.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada, fala nos interesses do nosso País, mas não me parece que aquilo que a Sr.ª Deputada diz seja necessariamente os interesses do nosso País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É preciso comparar!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, deixe-me só fazer esta primeira observação: temos visões, de facto, muito diferentes, e a Sr.ª Deputada está…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr.ª Deputada, peço desculpa, mas eu ouvi-a mesmo com toda a atenção. Deixe-me só responder.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem razão, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Estou a ouvi-la. Estou é indignada com o que está a dizer!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.ª Deputada Paula Santos, por favor, deixe a Sr.ª Secretária de Estado responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Desculpe lá, deixe-me só responder, porque eu vou, de facto, tentar responder às suas perguntas.

Enfim, porque mencionou muita coisa, vou começar pelo quadro financeiro plurianual. Eu já tive aqui ocasião de explicar exatamente qual é a posição do Governo sobre o que deve ser o próximo quadro financeiro plurianual. O que lhe posso dizer, Sr.ª Deputada, é que temos tido, e continuaremos a ter, uma política de reforço da defesa. Uma parte desse reforço da indústria de base tecnológica para apoiar a defesa europeia será feita também, mas não só, através do Fundo Europeu para a Competitividade, que está no quadro financeiro plurianual, que é um dos eixos do quadro financeiro plurianual. Mas não é o único. Esse Fundo Europeu para a Competitividade pretende financiar investigação nas áreas dos semicondutores, nas áreas das novas tecnologias, espaço, enfim, trata-se de um conjunto muito alargado de investimentos em áreas que são cruciais, mas também na defesa.

E deixe-me dizer-lhe, Sr.ª Deputada — penso que o Sr. Primeiro-Ministro também já disse isto várias vezes —, que nós valorizamos esses investimentos e procuraremos trazer também investimentos nesse âmbito para Portugal, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque, obviamente, estamos com uma guerra às portas da Europa, Sr.ª Deputada, e, por isso, faz todo o sentido reforçar o investimento em defesa. O objetivo de reforçar o investimento em defesa é não termos de o utilizar, na realidade, mas temos de fazer o investimento e, portanto, é isso que continuaremos a fazer.

Em segundo lugar, acreditamos também que esses investimentos vão ser positivos para a nossa economia, porque criam emprego, promovem as exportações. Temos várias empresas que estão muito avançadas em bens de duplo uso, que tanto servem a defesa como servem para usos civis.

Portanto, o caminho do Governo será este, para defender o nosso País, para defender as nossas empresas e para contribuir para a prosperidade do País.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, no âmbito deste debate europeu, gostaria de focar a minha atenção no Pacto Europeu de Migração e Asilo. Este é um pacto decisivo para reforçar a credibilidade e a autoridade da União Europeia e de Portugal nas políticas de migração.

Nós sempre defendemos maior rigor na entrada e humanismo na integração, mas para isso é preciso que o sistema funcione, e para funcionar é preciso que existam retornos rápidos e eficazes de imigrantes que não cumprem as nossas regras e que estão ilegais em Portugal. Sem isso, as regras falham e o sistema colapsa. Por isso, só com retornos rápidos e eficazes é que é possível à União Europeia e a Portugal manter a credibilidade e a autoridade em termos de políticas migratórias.

Por isso, Sr.ª Secretária de Estado, deixo-lhe duas perguntas. Em primeiro lugar, o sistema SISEF (Sistema de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) já tem mais de 15 anos e já não responde às exigências atuais. Pergunto-lhe que plano concreto existe para implementar um sistema mais moderno e plenamente operacional, que permita retornos mais rápidos e que sejam executados com eficácia. E, em segundo lugar, perguntava-lhe também que mecanismos estão neste momento a ser trabalhados para reduzir a litigância e para evitar que recursos atrasem indevidamente os processos de retorno de imigrantes ilegais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado, para responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sobre as medidas concretas que estão a ser implementadas por Portugal, o Sr. Ministro da Presidência terá, seguramente, respostas mais detalhadas para lhe dar do que eu.

Portanto, vou concentrar-me na questão do Pacto de Migração e Asilo. Portugal tem defendido o Pacto de Migração e Asilo em todas as suas vertentes, incluindo a vertente do retorno dos migrantes que estão aqui ilegalmente e que não têm direito a estar. E isto por vários motivos, e eu adiantaria apenas dois ou três. Em primeiro lugar, porque nós não podemos permitir uma situação ilegal. Desde logo, aqui, nesta Casa, parece-me que é óbvio para toda a gente que não o podemos fazer, sobretudo porque estamos num país democrático, não é? Os países da União Europeia são democráticos e, portanto, as leis que têm, que são profundamente respeitadoras dos direitos humanos e do Estado de direito, têm de ser respeitadas. Isto em primeiro lugar.

Depois, em segundo lugar, e isto é muito relevante, as políticas de retorno são importantes porque os maiores beneficiários da imigração ilegal são redes inenarráveis e indescritíveis, que tratam as pessoas de uma forma que não é decente. São redes criminosas que temos de combater, e começamos por combatê-las não permitindo que elas tenham sucesso. E isto é muito importante.

Não sei se as pessoas entendem verdadeiramente que a entrada de um imigrante ilegal se faz tipicamente através de uma rede que cobrou muito dinheiro a essa pessoa para vir para cá e que muitas vezes desrespeitou totalmente os seus direitos enquanto pessoa.

Por isso, eu gostava de tornar isto muito claro, porque isto, sim, é defender o humanismo.

Nós queremos defender, nós queremos uma política que respeite os direitos humanos, uma política humanista, que deixe entrar as pessoas que têm de entrar e que devem entrar, que não permite que as pessoas que estejam aqui ilegalmente possam ficar, que retorne essas pessoas aos países de origem e que o faça de

uma forma eficaz e célere. Isto também em benefício das próprias pessoas, porque as pessoas têm todo o interesse em não viverem numa situação ilegal, em que podem ser exploradas durante meses ou anos a fio.

Portanto, o Governo está precisamente desse lado, do lado que referi. Nós temos uma política correta, exigente, mas humanista. E isso é muito importante.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, permita-me só comentar esta lógica. Quer dizer, as pessoas vivem situações desesperadas nos seus países de origem, tão desesperadas que ficam à mercê de máfias que lhes cobram couro e cabelo para virem arriscar a sua vida, e ser humanista é recambiar as pessoas de volta para o sítio de onde quiseram fugir,…

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, cumprindo a lei!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … porque é assim que se protege as pessoas, em vez de se criminalizar as máfias, de se perseguir as máfias e, já agora, quem anda a contratar as máfias e a ganhar muito dinheiro com elas. De facto, temos noções muito diferentes de humanismo.

Sr.ª Secretária de Estado, gostaria de lhe dizer algumas citações: «Temos de abandonar o modelo de financeirização de curto prazo, onde a habitação é vista como um investimento especulativo»; «A ascensão dos fundos de investimento imobiliário e dos investimentos globais transformou a habitação de um bem social num ativo orientado para o lucro»; «Embora as compras especulativas individuais contribuam para a pressão do mercado, surgem problemas sistémicos quando os promotores e os fundos de investimento deixam imóveis vazios, dando prioridade à valorização do capital em detrimento da ocupação»; «Uma vez identificadas as áreas de pressão, devem tornar-se foco de intervenções políticas direcionadas»; «Implementar medidas de controlo de rendas, priorizar a aquisição de terrenos e habitações para o sector público, tributar ou restringir regimentos de rendas de curta duração». São estas as recomendações do Conselho Consultivo para a Habitação, da Comissão Europeia, e eu não queria acreditar, quando fui ler, que um dos seus principais autores é Mr. Carlos Moedas. Estava lá escrito.

Portanto, a pergunta que lhe faço é a de saber se o Governo concorda com as recomendações que estão a ser feitas pelo Conselho Consultivo para a Habitação ou se de repente virou eurocético.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Virou e fez muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado, para responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, acho que vale a pena falar um bocadinho mais sobre as políticas de migrações, e já que estou aqui também no âmbito das questões dos assuntos europeus, queria-lhe dizer uma coisa que acho que é relevante. Uma das principais formas, ou uma das formas, que temos de combater a situação das pessoas que vêm para Portugal ilegalmente é apoiar o desenvolvimento dos países de origem dessas pessoas, e é nisso que o Governo também tem estado empenhado, através das suas políticas de apoio ao desenvolvimento,…

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

… através do esforço que tem feito junto das instituições europeias e — eu falei sobre isto no início — através da política externa da União Europeia e do que temos defendido de apoio a regiões com as quais Portugal tem uma longa tradição de cooperação, como é o caso de África e da América Latina.

Portanto, quero dizer-lhe que o Governo está altamente empenhado em ajudar também ao desenvolvimento destes países, com uma resposta fundamental e crucial, para que as pessoas se possam sentir bem onde estão. Este é o primeiro ponto que queria referir.

Segundo ponto: a Sr.ª Deputada falou sobre as medidas da habitação. Não sei se esteve aqui, confesso que não sei, durante todo o debate, mas acho que já falei extensivamente sobre tudo o que são as políticas de habitação do Governo. A minha área é dos assuntos europeus, mas posso, com certeza, falar sobre o que temos feito. O Governo tem feito, como já expliquei, várias das coisas que são recomendadas por esse relatório, embora o relatório seja recente, incluindo reforçar a construção, simplificar o licenciamento, e tudo isto para facilitar a existência de um *stock* maior de habitação, para as pessoas poderem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para formular perguntas, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, deixo-lhe duas questões.

Uma primeira é em relação ao progresso digital, de que falou há pouco e que tem lugar com esta revisão legislativa. Mas também seria importante percebermos, em relação à nossa proteção e à proteção dos direitos digitais, de que forma é que este novo pacote legislativo vai salvaguardar os direitos dos cidadãos, relativamente ao algoritmo e à forma como são feitos, muitas das vezes, o acompanhamento e a monitorização por parte das diferentes plataformas. Não falo da censura —…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Olha, já passaram para 61 Deputados!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Deus nos livre! É melhor 59!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … até porque acompanhamos as preocupações em relação ao combate aos discursos de ódio que grassam nas redes sociais, que é algo muito diferente dos direitos dos utilizadores que, sem o seu consentimento, muitas das vezes são monitorizados pelas diferentes plataformas. Neste momento, não existe nenhuma regulamentação em concreto sobre isso, por isso queria perguntar se Portugal já manifestou essa preocupação e se alguma coisa está a ser pensada neste contexto.

Depois, pergunto também em relação às questões da transição energética, nomeadamente da mobilidade e da combustão. É que em relação às metas climáticas, sabemos que tem havido uma tentativa de retrocesso do fim dos motores a combustão a partir de 2035 e que tem existido uma grande pressão por parte do lóbi das gasolineiras,…

Protestos da Deputada do PAN Rita Matias.

… mas não nos parece que, tendo em conta o privilégio que existe em relação ao transporte público *versus* o transporte privado, e em relação às metas — que têm de ser mais ambiciosas para, de alguma forma, mantermos o compromisso que a União Europeia tem com o fim dos veículos movidos a combustão e a transição para métodos alternativos —, tem de haver aqui um maior compromisso. Nesse sentido, era importante perceber o que é que está a ser feito para conjugar as diferentes fontes de energia na mobilidade, em particular nos transportes públicos, nos transportes privados e na expansão da ferrovia, inclusive ao nível da bitola europeia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, traz-me aqui dois temas, o tema digital e da transição energética.

Sobre a transição energética, enfim, já falei, posso retomar, naturalmente, mas se calhar iria concentrar-me nesta questão do digital.

Diria que o momento que estamos a viver na União Europeia é um momento em que se procura criar um equilíbrio, um equilíbrio entre a necessidade de não ficarmos para trás nesta questão da transição digital e mantermos a perspetiva de segurança e defesa. Sabemos, por exemplo, que tudo o que está relacionado com a inteligência artificial precisa de dados que sejam estandardizados e que sejam tratados para poder funcionar, para os modelos aprenderem, de certa forma. E sabemos que isto é muito importante para não ficarmos para trás, numa perspetiva de prosperidade, mas também é importante numa perspetiva de segurança e defesa, porque se nós o não fizermos, sabemos que outros o estão a fazer — e com muito menos regras do que aquelas que a União Europeia tem, diga-se de passagem.

Portanto, o esforço que tentamos fazer — e Portugal, de novo, tenta ser um parceiro construtivo nisto — é o seguinte: defender os direitos das pessoas, em particular aos seus dados, e, ao mesmo tempo — e isso é muito importante —, permitir que empresas e investigadores que estão a tratar, em particular, destas áreas da inteligência artificial não acabem por ir todos para outros países.

Já não tenho tempo para lhe dizer isto, mas acho que é um equilíbrio complicado e complexo, portanto, agradeço a sua pergunta. Estaremos sempre de um lado construtivo, a tentar fazer este caminho, também para não ficarmos na mão de regiões que não têm qualquer…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para formular perguntas, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra e Sr.ª Secretária de Estado, este debate ofereceu-nos uma oportunidade para refletir sobre o estado da União Europeia, quais os desafios e oportunidades que a integração europeia coloca ao nosso País, bem como sabermos, acima de tudo, qual a estratégia do Governo na promoção dos interesses nacionais da União.

Nesse sentido, gostaria de colocar aqui, muito diretamente, três ou quatro questões sobre diferentes áreas.

No que diz respeito à coesão económica e social, pretendia saber que medidas concretas está o Governo a promover para garantir que Portugal beneficie, de uma forma equilibrada, dos fundos europeus, reforçando a coesão económica e social em todas as regiões do País de uma forma transversal.

Sobre a transição energética, teve a oportunidade, há pouco, de responder à Sr.ª Deputada do PAN, mas gostaria que esclarecesse principalmente quais são os obstáculos que Portugal enfrenta nessa transição energética e como é que Portugal pretende ultrapassar esses constrangimentos.

Por último, e não menos importante — e sei que já foram abordadas, também, as questões da segurança e defesa —, queria saber como se posiciona Portugal no reforço da autonomia estratégica da União Europeia em matéria de segurança e defesa.

Para finalizar, ainda, e não menos importante também, queria saber que ações concretas tem o Governo levado a cabo para aumentar a influência de Portugal — e isto é importante — nas decisões estratégicas da União Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado, tem a palavra, para responder.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, pôs-me aqui várias perguntas sobre a coesão, mas não tenho muito tempo e, portanto, vou ser telegráfica.

Sobre a coesão económica e social, Portugal tem defendido, e continua a defender, a importância central, nomeadamente no próximo quadro financeiro plurianual, da política de coesão e da PAC. Temos defendido acerrimamente esse tópico, incluindo as regiões ultraperiféricas — que têm, aliás, um artigo específico no tratado —, e temos sido os mais vocais. Posso dizer-lhe que acho que, entre os meus colegas, sou provavelmente a pessoa que mais fala sobre este tema, e faço-o porque estou completamente convicta de que temos mesmo de

o fazer. Por isso, no que diz respeito ao Governo, estamos totalmente empenhados na coesão territorial de todo o território, incluindo das regiões ultraperiféricas.

Sobre a transição energética, deixe-me dizer-lhe uma coisa que acho muito importante. Portugal é um dos países que tem uma maior percentagem de produção elétrica de fontes renováveis. Isto é um motivo de orgulho para nós.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isso mesmo!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Por isso, é algo que refiro muitas vezes nestes debates a nível ambiental e é algo que continuaremos a defender e a fazer.

E penso que a Ministra do Ambiente tem tido a oportunidade de falar várias vezes…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — … sobre os esforços que continua a fazer para cumprir este objetivo.

Sobre o reforço da autonomia estratégica, segurança e defesa, temos cumprido com as nossas obrigações para com a NATO, temos empresas que são muito competitivas nesta área, em particular dos drones, mas não só. E, portanto, acho que é uma área que vamos continuar a defender.

Quanto à capacidade de influência — e porque estou mesmo no fim do meu tempo —, a área das carreiras europeias, que temos defendido e de que falei, aqui, no princípio, é uma das áreas onde estamos a trabalhar para manter a nossa capacidade de ter uma visão de Portugal nas instituições.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção da Sr.ª Secretária de Estado terminamos os nossos trabalhos de hoje.

Teremos a próxima sessão plenária amanhã, às 15 horas, com a fixação da ordem do dia, por parte do Partido Socialista, para discussão dos Projetos de Lei nos 307/XVII/1.ª (PS) — Aprova a Lei da Vida Independente, 308/XVII/1.ª (PS) — Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, simplificando a atribuição e reforçando os apoios no âmbito do Programa de Emprego Apoiado em Mercado Aberto, 309/XVII/1.ª (PS) — Processo extraordinário de recuperação de pendências das juntas médicas de avaliação de incapacidade, 310/XVII/1.ª (PS) — Define um regime de promoção e garantia de acessibilidade universal nos edifícios e habitações públicos, 311/XVII/1.ª (PS) — Alarga as condições de acesso ao regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência, 312/XVII/1.ª (PS) — Estabelece o Regime Jurídico dos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas no Ensino Superior, 313/XVII/1.ª (PS) — Esclarece a criminalização da esterilização forçada, nomeadamente das pessoas com deficiência, e implementa medidas de garantia dos direitos reprodutivos das pessoas em situação de incapacidade ou de capacidade diminuída, criando o Plano Nacional de Planeamento Familiar para Pessoas com Deficiência ou em Situação de Incapacidade e o Mecanismo de Monitorização dos Procedimentos de Esterilização, 31/XVII/1.ª (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior, 261/XVII/1.ª (PAN) — Garante a redução do horário de trabalho a progenitores de filhos com deficiência ou doença crónica, independentemente da idade, alterando o Código do Trabalho, 291/XVII/1.ª (PCP) — Melhora o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência (primeira alteração à Lei n.º 5/2022, de 7 de janeiro), 323/XVII/1.ª (PCP) — Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuitidade dos atestados multiuso, 324/XVII/1.ª (CH) — Adequação do funcionamento das juntas médicas de avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência, 325/XVII/1.ª (IL) — Regulamenta e desburocratiza o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária, 326/XVII/1.ª (IL) — Inclusão dos guias de atletas com deficiência como agentes desportivos e clarificação da isenção de IRS de bolsas de formação desportiva, 327/XVII/1.ª (PAN) — Criminaliza a esterilização de pessoas com deficiência e/ou incapazes e regula as condições para prática de métodos de esterilização irreversíveis, alterando a Lei n.º 3/84, de 24 de março, o Código Penal, e o Código Civil, 328/XVII/1.ª (L) — Adequa o regime fiscal aplicável aos

rendimentos das pessoas com deficiência, 329/XVII/1.ª (BE) — Criminaliza a esterilização forçada de pessoas com deficiência e/ou incapazes e garante a proteção dos seus direitos sexuais e reprodutivos, 330/XVII/1.ª (BE) — Cria o regime jurídico de acesso à pensão de velhice das pessoas com incapacidade igual ou superior a 60 %, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 311/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de deficiência auditiva, e 426/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço de meios humanos e materiais para a inclusão plena de alunos com deficiência no sistema de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário.

Num segundo ponto da nossa ordem do dia teremos ainda as votações destas iniciativas. Boa tarde e até amanhã, Srs. Deputados.

Está, assim, encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.